



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARINA CORRÊA GABRIEL DA SILVA



ARQUITETURA DOS EXCLUÍDOS

Um Centro de Apoio ao Morador de Rua em Alfenas-MG

Varginha-MG
2019

MARINA CORRÊA GABRIEL DA SILVA

ARQUITETURA DOS EXCLUÍDOS

Um Centro de Apoio ao Morador de Rua em Alfenas MG

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário do Sul de Minas, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel, sob orientação do Prof. Esp. Marisa Aparecida Pereira.

**Varginha
2018**

MARINA CORRÊA GABRIEL DA SILVA

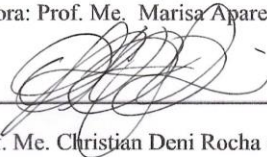
ARQUITETURA DOS EXCLUÍDOS: Um centro de assistência à população em situação de rua

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG, como pré-requisito para a obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo, pela Banca examinadora composta pelos membros:

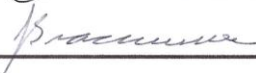
Aprovado em: 02 /07/2019



Orientadora: Prof. Me. Marisa Aparecida Pereira



Prof. Me. Christian Deni Rocha e Silva



Prof. Dr. Luciana Bracarense Coimbra Veloso

OBS.:

AGRADECIMENTOS

A concretização do presente trabalho e a finalização de uma etapa importante da minha vida só foi possível devido à fundamental ajuda de minha família, que estiveram presentes em todos os momentos. Agradeço à minha mãe, Rita de Cássia e meu namorado Filipe Augusto de Souza por todo o apoio incondicional e que sempre acreditaram em meu potencial, a cada palavra de ajuda e abraço de força. E para todos aqueles que, direta ou indiretamente me ajudaram durante o período de graduação.

RESUMO

O trabalho consiste em uma proposta de criação de um Centro de Assistência à População de Rua em Alfenas-MG, não somente acolhendo-os, mas também trabalhando pra que eles consigam se reinserir na sociedade e, finalmente, superar as dificuldades da vida miserável que levam. Para tanto partimos de um referencial teórico, foram realizadas pesquisas e aprofundamentos teóricos sobre o tema, bem como visita a espaços já implantados que auxiliam de forma a verificar as oportunidades e ameaças, e assim, projetar um ambiente acolhedor, que articule as diversas atividades propostas de forma integrada, proporcionando a otimização e desempenho.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Centro de Assistência. Acolhida.



ABSTRACT

The work was a proposal to create a Center for Assistance to the Street Population in Alfenas-MG, no longer deserving of welcome, but it is also a work to achieve reintegration into society and, finally, overcome the difficulties of the miserable life that lead. For the part of a theoretical referential, in the research and further, the report on the science about the theme, and such as, designed the environment are such a separate activity, and such as, design a friendly environment, that articule as different activities. in an integrated way, providing optimization and performance.

Keywords: Population in Street Situation. Service Center. Shelter.



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Pesquisa Nacional Sobre a População que Vive na Rua.....	20
Figura 2- Centro Temporário de Acolhimento para Moradores de Rua em São Paulo.....	21
Figura 3- Albergue de Alfenas – MG (a) entrada.....	22
Figura 4- Albergue de Alfenas – MG (b) escritório.....	22
Figura 5- Albergue de Alfenas – MG (c) refeitório.....	22
Figura 6- Albergue de Alfenas – MG (d) cozinha.....	22
Figura 7- Albergue de Alfenas – MG (e) lavanderia.....	23
Figura 8- Albergue de Alfenas – MG (f) pátio.....	23
Figura 9- Albergue de Alfenas – MG (g) sanitários.....	23
Figura 10- Albergue de Alfenas – MG (h) dormitórios.....	23
Figura 11- Quaterno Contemporâneo.....	29
Figura 12- Estruturas Anti-Mendigos.....	35
Figura 13- Estruturas Anti-Mendigos.....	35
Figura 14- Fachada Principal Jagtvej 69.....	43
Figura 15- Entrada Principal Jagtvej 69.....	44
Figura 16- Volumetria e Plantas Baixas Jagtvej.....	44
Figura 17- Sistema de Andaime Jagtvej.....	45
Figura 18- Vista Frontal Albergue Comuna Yervas del Paraíso.....	46
Figura 19- Vista Lateral Esquerda Albergue Comuna Yervas del Paraíso.....	46
Figura 20- Implantação Geral Albergue Comuna Yervas del Paraíso.....	47
Figura 21- Vista Superior Albergue Comuna Yervas del Paraíso.....	47
Figura 22- Localização Shelter Home.....	48
Figura 23- Vista Frontal Shelter Home.....	49
Figura 24- Planta Baixa 1 Shelter Home.....	49
Figura 25- Planta Baixa 2 Shelter Home.....	46
Figura 26- Vista Aproximada Fachada Principal Shelter Home.....	51
Figura 27- Vista Lateral Direita Shelter Home.....	51
Figura 28- Referências Projetuais.....	53
Figura 29- Imagem da Localização de Alfenas – MG.....	55
Figura 30- Dados Demográficos de Alfenas – MG.....	56
Figura 31- Estação Ferroviária de Alfenas – MG em 1932.....	56

Figura 32 – Vista de Alfenas 1950.....	57
Figura 33- Mapa de Inserção Regional.....	58
Figura 34- Zoom da Área de Implantação do Projeto.....	59
Figura 35- Vista Frontal para o Terreno.....	60
Figura 36- Zoom da Área de Implantação do Projeto.....	60
Figura 37- Vista Lateral Direita do Terreno.....	60
Figura 38- Vista Lateral Esquerda do Terreno.....	60
Figura 39- Mapa de Uso e Ocupação do Solo.....	62
Figura 40- Mapa de Predominantes.....	63
Figura 41- Mapa de Situação Econômica.....	64
Figura 42- Mapa de Vias de Acesso.....	65
Figura 43- Mapa de Gabarito.....	66
Figura 44- Mapa de Aspectos Urbanos.....	67
Figura 45- Mapa de Mobilidade Urbana.....	68
Figura 46- Mapa de Cheios e Vazios.....	69
Figura 47- Mapa de Vegetações.....	70
Figura 48- Croqui Proposta Inicial.....	80
Figura 49- Croqui Proposta Inicial.....	80
Figura 50- Croqui Proposta Inicial.....	80
Figura 51- Croqui Proposta Inicial.....	80
Figura 52- Croqui Proposta Inicial.....	81
Figura 53- Croqui Proposta Inicial.....	81
Figura 54- Croqui Proposta Inicial.....	81
Figura 55- Setorização Planta 1º Pavimento.....	82
Figura 56- Setorização Planta 2º Pavimento.....	82
Figura 57- 3D Final.....	83
Figura 58- 3D Final.....	83

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Tabela do Número de Pernoites Diários no Período de Março/2009 – julho/2013 no Albergue Municipal de Alfenas.....	25
Tabela 2- Programa de Necessidades.....	75
Tabela 3- Tabela Forma Pertinente, Problemáticas e Solução Encontrada.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Gráfico de Idade.....	72
Gráfico 2- Gráfico de Satisfação.....	72
Gráfico 3- Gráfico de Frequência.....	72

LISTA DE SIGLAS

SAS – Secretaria de Assistência Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUS – Sistema Único de Saúde

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

CENSO SUAS - Censo do Sistema Único de Assistência Social

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organização Não Governamental

OAF - Organização Não Governamental do Auxílio-Fraterno

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

CNDDH - Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

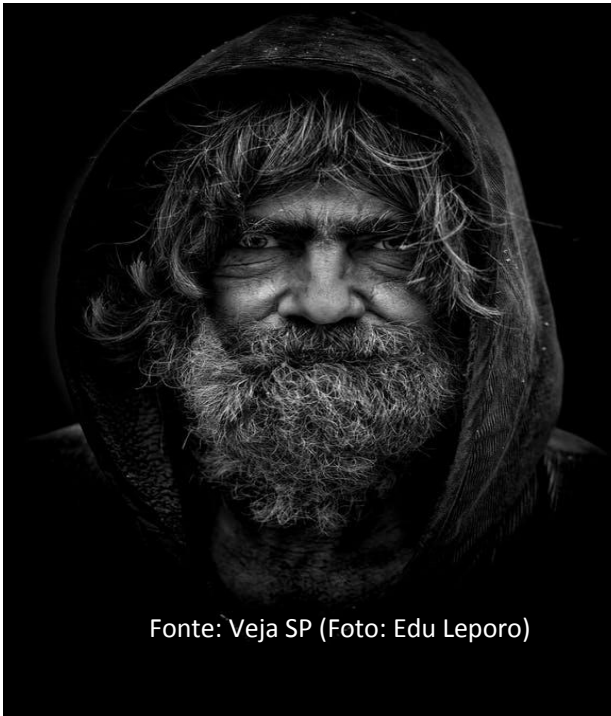
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Tema e âmbito do estudo.....	18
1.2 Contexto da pesquisa.....	20
1.3 Objeto de estudo.....	24
1.4 Problemas e Hipóteses.....	24
1.5 Justificativa.....	24
1.6 Objetivos.....	25
1.6.1 Geral.....	25
1.6.2 Específicos.....	25
1.7 Metodologia.....	26
REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
2.1 Teoria da arquitetura.....	28
2.2 População em situação de rua no Brasil.....	31
2.3 As pessoas em situação de rua e a cidade.....	33
2.4 Primeiras entidades e associações no Brasil.....	35
2.5 Política nacional de assistência social ao morador de rua.....	37
2.6 Arquitetura de espaços de assistência a população de rua.....	39
REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	42
3. REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	43
3.1 Jagtvej 69.....	43
3.2 Albergue Comuna Yervas del Paraíso.....	45
3.3 Shelter home.....	47
ANALISE PROJETUAL.....	52
4. ANALISE PROJETUAL.....	43
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	54
5. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	55
5.1 Local em estudo.....	55
5.2 Breve histórico de Alfenas-MG.....	56
UNIDADE DE ANÁLISE.....	57
6. UNIDADE DE ANÁLISE.....	58
CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO.....	61
7. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO.....	62

O PROJETO.....	71
8. ENTREVISTA COM A POPULAÇÃO E MORADORES DE RUA.....	72
9. CÓDIGO DE OBRAS.....	74
10. PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	75
11. FLUXOGRAMA.....	77
12. CONCEITO.....	78
13. PARTIDO ARQUITETÔNICO.....	79
13.1 Proposta Iniciais.....	80
13.2 Definição da Forma.....	81
14. PÚBLICO A SER ATENDIDO.....	84
15. CONCLUSÃO.....	85
16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86



Fonte: Veja SP (Foto: Edu Leporo)

1. Ιντροδυ| ©ο

- 1.1 τεμα ε ©μβιτο δο εστυδο
- 1.2 χοντεξτο δα πεσθυισα
- 1.3 οβφετο δε εστυδο
- 1.4 προβλεμασ ε ηιπ (τεσεσ
- 1.5 φυστιφιχατιπα
- 1.6 οβφετιωσ
- 1.7 μετοδολογια

1.INTRODUÇÃO

O projeto apresentado neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surgiu da necessidade de discutir melhorias e novas oportunidades para a população de rua. Ele foi estruturado de forma a discutir o tema da desigualdade social, e como isso está ligado às pessoas em situação de rua e sua relação com a cidade. Além de discutir o papel da arquitetura enquanto idealizador dos espaços de acolhimento, quais são suas necessidades e a melhor forma de atendê-las.

A desigualdade social acarreta diversos problemas na contemporaneidade, um desses é o aumento dos indivíduos em situação de rua. As pessoas em situação de rua não têm seus direitos enquanto cidadão garantido, como acesso a saúde e moradia digna. Eles são estigmatizados e tratados como uma subcategoria de pessoa, sendo esquecidos pelo poder público e ignorado pela sociedade. A criação de políticas públicas voltadas para proteção e seguridade dessas pessoas mostra ser imprescindível criar formas de proteção e reinserção na sociedade.

Os espaços destinados a abrigar as pessoas em situação de rua como albergues e abrigos oferecem abrigo temporário sem trabalhar de fato os motivos que levaram o indivíduo aquela situação e formas de auxiliá-los. Dentro do contexto destes espaços há a necessidade de discutir sua relevância como medida de combate à situação de rua, como os moradores de rua enxergam esses espaços e como o projeto arquitetônico atrelado a uma visão humana e com auxílio de políticas públicas pode reverter o quadro atual.

Este estudo tem como objetivo desenvolver um projeto arquitetônico de um Centro de apoio ao morador de rua de forma a oferecer um espaço adequado para essas pessoas. A metodologia utilizada foi separada em três etapas sendo elas etapa 1: Referencial teórico relacionado ao tema; etapa 2: Referência projetual; etapa 3: Estudo preliminar para o TCC 1 através do estudo histórico do local, análise e diagnóstico do entorno, além da identificação e estudo da legislação pertinente e análise dos impactos urbanísticos e ambientais do projeto, e etapa 4: Plano de projeto, apresentando o programa de necessidades, o conceito e o partido do projeto, abordando-os de forma quantitativa e qualitativa, mostrando todo o uso e funcionamento do espaço.

1.1 Tema e âmbito do estudo

A população de rua sofre com o abandono das autoridades e a própria sociedade, há poucas ações efetivas para mudar a atual situação de muitos que se encontram morando nas ruas, vulneráveis a todo tipo de violência. Os albergues e abrigos são uma medida paliativa para o problema e “oferecem apenas um local para dormir com cama e colchão destinados apenas a um pernoite. Na maioria dos casos, nem roupa de cama é oferecida” (ALBERGUES DO MUNDO, 2009 apud ALDRIGUI, 2007). O tema deste trabalho tem como objetivo, a concepção de espaços de assistência ao morador de rua que além de abrigo ofereça formas de reinserção na sociedade e lhe dê oportunidades e o papel de arquitetura na composição dos mesmos.

A exclusão social, que passamos a conhecer, tem origens econômicas, já referidas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima. Acarretam consequências na saúde geral das pessoas, em especial a saúde mental, relaciona-se com o mundo do tráfico de drogas, relativiza valores e estabelece padrões e perspectivas de emancipação social muito restrito. (SOUSA, 2012, p.12)

Ao falar da “população de rua” estamos falando de um grupo diverso, cada um com sua história e problemas que os levaram a essa situação, ao mesmo tempo em que eles apresentam um padrão “sendo um grupo que apresenta em comum a pobreza, o rompimento de vínculos familiares, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções advindas deste vínculo” (BRASIL, 2008). Isso traz uma complexidade ao se trabalhar espaços de assistência, uma vez que ao mesmo tempo em que essa população possui traços em comum, cada indivíduo tem sua particularidade que deve ser respeitada.

O contato com violências e abusos, dependência de drogas, desemprego e problemas de saúde são os principais fatores (figura 1) que levam o sujeito à essa situação, sendo um ou uma combinação destes elementos o motivo do crescimento do número de andarilhos nos últimos tempos (FERREIRA E MACHADO, 2007). A exclusão social pautada na visão de inferioridade para as classes mais pobres e no descaso público unido a problemas pessoais de cada um desses moradores afasta os mesmos de formas de se reerguer e recomeçar sua vida de forma íntegra.

Figura 1: Pesquisa Nacional Sobre a População que Vive na Rua.



Fonte: IstoÉ (2008)

Os diversos fatores que levam ao processo de abandono e descaso com a população de rua e esse olhar que inferioriza essas pessoas impedem de que eles serem vistos como seres de direito. É dever do poder público zelar e oferecer meios de reverter à situação de rua que muitos se encontram. Reconhecer o morador de rua como um cidadão de direitos é respeitar o fato de que todos são iguais e merecem respeito e oportunidades.

A assistência dada a essa população marginalizada pode ser decisiva na sua recuperação e encaminhamento. Todos têm direito à uma vida digna e deve ter isso garantido pelas autoridades de modo que mais do que uma medida paliativa se trabalhe como algo decisivo que vai mudar panorama dessa população.

O centro de assistência ao morador de rua na cidade de Alfenas não visa apenas oferecer abrigo, mas formas de reintegrar esse cidadão a sociedade, dando meios de que ele se reerga e ordene sua vida. É papel da arquitetura propor espaços que vão de encontro à essas necessidades dessas pessoas e oferecer espaço que acolha e gere conforto, bem-estar e que passe segurança. Esse projeto trará segurança para cidade de forma geral e proverá os cuidados necessários com a população de rua.

1.2 Contexto da pesquisa

A Secretaria de Assistência Social (SAS) de cada município é responsável por fornecer esse espaço e cuidado para essas pessoas em situação vulnerável (PEREIRA, 2014). Mesmo com esses locais disponíveis muitos preferem continuar na rua, devido à fatores como dependência química, mas há aqueles que veem os abrigos como um local hostil, que não os trata com o mínimo de dignidade necessária. Os abrigos não oferecem o mínimo de conforto e assistência necessária, tanto física como psicológica [...] esse trabalho público não é feito com o intuito de recuperar essas pessoas da rua, e sim pelo simples dever de cumprir sua obrigação” (PEREIRA, 2014, p.6). Outro ponto é a abordagem muitas vezes violenta por parte do poder público, que retira a força os bens dos moradores e de maneira coercitiva que leva para os abrigos.

Não existe de fato um trabalho (público) de construção de um processo de reversão dessa situação. O que vemos são abordagens truncadas, equivocadas, muitas vezes desrespeitosas e violentas, que visam apenas a limpeza das ruas da região central, é uma verdadeira ação higienista [...] se todos os moradores de rua optassem por sair das ruas hoje, não haveria uma estrutura de acolhimento adequado (SCANDIUZZI, 2011, apud CARAN, 2011)

Os abrigos (figura 2) possuem estrutura precária, adaptados em edificações que não tinham essa função inicial, não oferecem segurança nem conforto aos moradores, mas o que mais afasta a população de rua é a falta de empatia e cuidado com pessoas debilitadas e que precisam de apoio. Essas pessoas têm em suas histórias de vida marcas de violência e abandono. O que eles precisam é de cuidados e apoio em um espaço que ofereça novas oportunidades.

Figura 2: Centro Temporário de Acolhimento para Moradores de Rua em São Paulo.



Fonte: UOL (2017)

Os albergues e abrigos não passam de uma medida paliativa para lidar com a situação sem de fato tratar a raiz do problema, ou seja, os motivos que levaram as pessoas aquela situação e formas de ajudá-las. O Estado por meio de políticas públicas e dos direitos humanos “deve estruturar o espaço no qual se insere essas classes marginalizadas, procurando entender como essa classe social é construída, quais as causas e soluções que devem ser empregadas, de maneira a integrar a sociedade” (MACHIAVELLI, 2013, p.66).

Dito isto se deve evidenciar o fato de que mais de um local para pernoite, esses moradores de rua precisam de um espaço que ofereçam formas de mudança de vida, ensinando-os uma nova mentalidade de seres que são merecedores de uma vida digna.

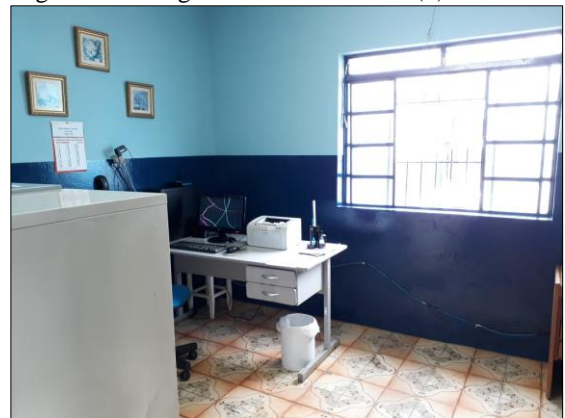
O aumento do número de pessoas em situação de rua na cidade de Alfenas mostra a necessidade de discutir acerca do assunto e propor soluções. O albergue da cidade (figura 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10) possui 5 dormitórios (suporta 12 pessoas), entra às 18 horas, sai às 07 horas. O albergue da cidade de Alfenas oferece local para dormir e refeições, mas essas não são preparadas no local. Um ponto interessante é a ajuda daqueles que não são da região e desejam regressar para suas cidades, a estes é oferecido meios de retornar ofertando passagem.

Figura 3: Albergue de Alfenas - MG (a) entrada



Fonte: Autoria Própria (2019)

Figura 4: Albergue de Alfenas – MG (b) escritório



Fonte: Autoria Própria (2019)

Figura 5: Albergue de Alfenas – MG (c) refeitório



Fonte: Autoria Própria (2019)

Figura 6: Albergue de Alfenas – MG (d) cozinha



Fonte: Autoria Própria (2019)

Figura 7: Albergue de Alfenas - MG (e) lavanderia



Fonte: Aatoria Própria (2019)

Figura 8: Albergue de Alfenas - MG (f) pátio



Fonte: Aatoria Própria (2019)

Figura 9: Albergue de Alfenas – MG (g) sanitários



Fonte: Aatoria Própria (2019)

Figura 10: Albergue de Alfenas – MG (h) dormitórios.



Fonte: Aatoria Própria (2019)

1.3 Objeto de estudo

A localização do centro foi escolhida levando em consideração o fácil acesso por partes dos moradores de rua e ao mesmo tempo integra-los à população para que se tire o estigma sobre essas pessoas como algo negativo e apresentar novas possibilidades e oportunidades.

1.4 Problemas e Hipóteses

Ao trabalhar espaços de apoio ao morador de rua nos deparamos com a resistência que essas pessoas têm com espaços como abrigos e albergues com o propósito de abriga-los. Isso se deve ao fato de que em sua maioria esses espaços são precários e vistos de forma pejorativa. O principal problema enfrentado neste TCC é propor um espaço que atenda às necessidades desses indivíduos de forma humana e lhe ofereçam um espaço digno tendo em mente as particularidades e necessidades de cada indivíduo.

1.5 Justificativa

O número crescente de pessoas em situação de rua são um retrato da desigualdade social no país, que vem aumentando devido a crises econômicas e políticas que geram insegurança e desemprego. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima que no Brasil haja em média mais de 100 mil pessoas em situação de rua. Essas pessoas se encontram em maioria nos municípios com mais de 100 mil habitantes, sendo 77,02% da população de rua, 40,1% estão em municípios com mais de 900 mil pessoas, 6,63% concentram-se nos municípios com até 10 mil habitantes e o sudeste brasileiro concentra 48,9% da população de rua (IPEA, 2017).

Essa população está sujeita à violência e as drogas sendo que “40% já passaram pelo sistema prisional, 32,8% por clínicas de recuperação de dependência e 12% pela Fundação Casa.” (AGENCIA BRASIL, 2016). A questão da saúde é algo que também gera preocupação, pois a grande maioria não possui documentos o que os impede de acessar serviços públicos como Sistema Único de Saúde (SUS) e receber tratamento adequado (IPEA, 2017). A falta de documentação e endereço fixo também atrapalha essas pessoas irem à procura de novas oportunidades juntamente com estigma criado acerca deles.

Esses números mostram que o problema é gravíssimo e precisa de meios para combater esse processo. A quantidade de pessoas em situação de rua é desproporcional as medidas tomadas pelos governantes. Oferecer locais para pernoite não chega à raiz do problema, o que

essas pessoas precisam é de locais que ofereçam oportunidades, formas do indivíduo se recuperar, reerguer e recomeçar sua vida de forma digna e honesta.

A cidade de Alfenas, assim como a maioria dos municípios, também enfrenta esses problemas com medidas pouco efetivas como intenções forçadas em alguns casos e um albergue para pernoite com direito a uma refeição. Há na cidade uma lei que proíbe dar esmolas para pedintes para não incentivar a mendicância, mas essa não é uma forma eficaz de ‘combater’ a situação de rua.

O albergue é a principal forma de assistência aos moradores de rua. Há uma procura por esses espaços na cidade (Tabela 1), mostrando que há certo interesse por partes dos moradores de rua. Outro ponto é o fato de que todos que ali procuram estalagem “possuem documentos de identidade, Ensino Fundamental incompleto, com perdas de vínculos presenciais com as suas famílias, realizam trabalhos em diferentes cidades, pouco remunerados” (MACHIARELLI, 2013, p.68).

Tabela 1: Tabela do Número de Pernoites Diários no Período de Março/2009 – julho/2013 no Albergue Municipal de Alfenas.

	2009	2010	2011	2012	2013
Janeiro	_____	287	318	208	208
Fevereiro	_____	350	250	223	155
Março	428	288	273	276	235
Abril	462	295	326	274	182
Maio	508	300	293	297	242
Junho	604	269	271	266	272
Julho	332	269	209	209	157
Agosto	268	300	293	259	_____
Setembro	386	212	274	279	_____
Outubro	292	229	287	224	_____
Novembro	250	304	198	134	_____
Dezembro	317	296	189	158	_____
Total	3.847	3.399	3181	2787	1451

Fonte: IPEA (2016)

1.6 Objetivos

1.6.1 Geral

Desenvolver o projeto arquitetônico de um Centro de apoio ao morador de rua em Alfenas – MG.

1.6.2 Específicos

- a) Conhecer a literatura acerca do tema geral acerca Centro de assistência e abrigo ao morador de rua.
- b) Pesquisar referências projetuais já executadas e analisar seus pontos positivos e negativos;
- c) Analisar tipos de estruturas existentes para identificar e selecionar as que têm melhor adaptação às necessidades do projeto.
- d) Estudar os materiais construtivos para definir quais atenderam proposta da estrutura.
- e) Elaborar diagnóstico da área de intervenção e sua abrangência.

1.7 Metodologia

Foram desenvolvidas as seguintes pesquisas para o desenvolvimento do TCC. Os métodos adotados são:

ETAPA 1. Referencial teórico relacionado ao tema que será apresentada através de cinco temas, sendo eles: População em situação de rua no Brasil 2.2 As pessoas em situação de rua e a cidade 2.2.1 O direito a cidade 2.2.2 A construção da dignidade humana através do espaço 2.3 Primeiras entidades e associações no Brasil 2.4 Política nacional de assistência social 2.5 Arquitetura de espaços de assistência.


Fonte de dados: trabalhos científicos (artigos, dissertações ou teses) selecionados na base de dados Google acadêmico.

ETAPA 2. Referência projetual.

Fonte de dados: Utiliza-se como fonte de dados a seguinte base de projeto: archdaily.com.br.

ETAPA 3. Estudo preliminar para o TCC 1 através do estudo histórico do local, análise e diagnóstico do entorno, além da identificação e estudo da legislação pertinente e análise dos impactos urbanísticos e ambientais do projeto. A proposta de intervenção, apresentando o programa de necessidades, o conceito e o partido do projeto, abordando-os de forma quantitativa e qualitativa, mostrando todo o uso e funcionamento do espaço.

ETAPA 4. O Plano de Projeto foi baseado nas pesquisas feitas sobre o tema durante o estudo inicial, sendo elas diretamente à população em situação de rua e indiretamente através dos estudos de caso de projeto que se propunham a abordar a mesma temática, o apoio e suporte à população de rua.



Fonte: Veja SP (Foto: Edu Leporo) 2016

2. Ρεφερενχιαλ Τε Γριχο

- 2.1 θεωρια δα αρθυιτετυρα
- 2.2 ποπυλα| ©ο εμ σιτυα| ©ο δε ρυα νο βρασιλ
- 2.3 ασ πεσσοασ εμ σιτυα| ©ο δε ρυα ε α χιδαδε
- 2.4 πριμειρασ εντιδαδεσ ε ασσοχια| J ε σ νο βρασιλ
- 2.5 πολ΄ τιχα ναχιοναλ δε ασσιστ| νχι α σοχιαλ αο μοραδορ δε ρυα
- 2.6 αρθυιτετυρα δε εσπα| οσ δε ασσιστ | νχια α ποπυλα| ©ο δε ρυα

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da arquitetura

Para preservar o papel social e cultural é preciso que arquitetura cumpra suas práticas de forma autêntica, deve haver consensos e procedimentos para construção de bons projetos e buscar sua essência para produzi-las com qualidade que vem sendo discutidos arduamente sobre a aplicação e função da forma na arquitetura contemporânea.

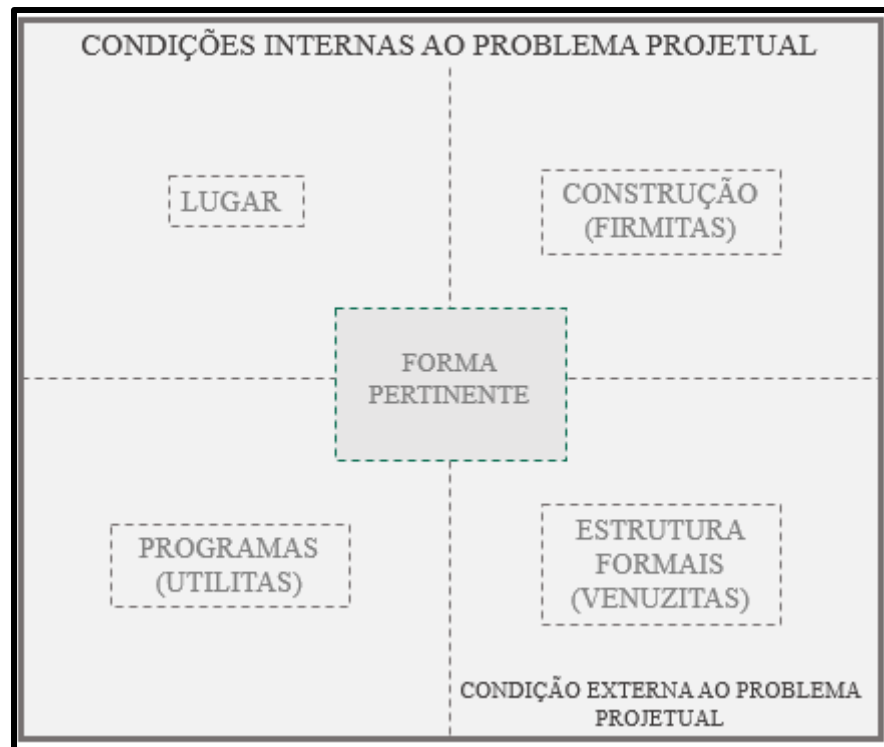
Henrique Cheregati e Edson Mahfuz em seus artigos sobre o Quaterno Contemporâneo e a Forma Pertinente discutem sobre a busca de ordenar procedimentos que estimulem a realização de um trabalho criativo. Esta metodologia não busca aplicar uma regra geral para concepção de projetos, mas busca constituir parte da produção do objeto.

Conforme a universidade federal de campina grande (UFCG) (2000) Marcu Vitruvius Polio, Arquiteto, engenheiro, agrimensor e pesquisador romano nascido em local desconhecido, escreveu o Tratado da Arquitetura, obra de estudo que referencia Antiguidade Clássica. Mais tarde influenciou experiências estéticas e, forneceu valiosas informações aos arquitetos do Quattrocento Italiano. Ao longo dos 10 volumes escritos por Vitruvius foram descritos geralmente sobre o planejamento urbano e arquitetura, suas identificações e características.

Desta forma, Vitruvius descreve em seus escritos, para que seja constituída uma boa arquitetura é preciso que existam três componentes, chamados de Tríade Vitruviana, a Firmitas (solidez), Utilitas (função) e Venustas (Beleza) considerados por Mahfuz (2004) detalhes importantes para concepção da forma até meados do século XVIII.

Essas informações conceituais quanto ao aspecto da forma foram atualizadas, chamadas de Quaterno Contemporâneo (Figura 11), definidos como: Programa, Lugar, Construção e Estruturas formais. Os problemas projetuais internos seriam resolvidos pelo programa, construção e o lugar, já as estruturas formais buscam resolver problemas externos tendo como foco a forma. Esses aspectos internos e externos que se propõe a resolver os projetos e as condições formais são chamados de: A forma pertinente.

Figura 11: Quaterno Contemporâneo.



Fonte: Vitruvius / Ilustração: Autor. (2018)

A essência da arquitetura está no aspecto de um resolver um programa de aspectos formais, desta forma um programa projetual busca estabelecer uma ordem espacial as condições existentes. A forma pertinente busca decompor esses aspectos essenciais, suas propriedades e conhecer o problema. De acordo com (MAHFUZ,2004, p. 09), deve-se verificar a pertinência da arquitetura, ler o problema para conhece-lo e a pertinência da forma, assim, pode-se conhecer seus aspectos essenciais e conhecer propriedades da forma de tal maneira que alcance a situação pertinente.

Buscando entender a aplicação da forma pertinente nos dias atuais é preciso analisar as condições internas e externas descrevendo a importância de cada uma, serão brevemente expostos o programa, o lugar, a construção e a condição externa de estruturas formais. Ainda se tratando da Forma Pertinente, o que caracteriza a identidade estética é o aspecto formal, que busca ordenar os três demais aspectos do Quaterno Contemporâneo buscando solucionar externamente a configuração do objeto arquitetônico.

O programa pode ser considerado o maior vínculo do projeto com a realidade orientando a articulação, o programa arquitetônico deve relacionar as atividades humanas e suas interações, ele constitui uma estrutura no qual o projeto estabelece uma ordem espacial as suas condições. Assim, o sentido da forma pode se adequar a funcionalidade, desta maneira a obra de arquitetura pode manter sua qualidade objetual conforme (MAHFUZ, 2004, p.12).

Desta maneira o programa de necessidades é um dos principais vínculos do projeto a realidade, “a formalização desse programa é a tradução das funções a que um projeto de destina em formas de espaço, segundo (PALERMO,2006, p. 161). Desta forma, a ideia da estrutura do programa estabelece uma identidade formal a obra. Ou segundo Cheregati (2014, p.53) “relaciona-se programa à funcionalidade ou função, porque é nos ambientes listados que se exercerá uma ou mais funções”.

Continuamente, o lugar deve ter um importante relacionamento com arquitetura fazendo parte de um todo, mas à medida que um espaço planejado se torna edificado é construído um novo lugar, que pode agir positivamente ou de modo negativo, Mahfuz (2004, p. 157) afirma “todo lugar é algo complexo, composto de topografia, geometria, cultura, história, clima, etc., porém, por mais força que possua um lugar, o projeto não será nunca determinado por ele. Assim como não há relação direta entre programa e forma, as relações entre lugar e forma também dependem da interpretação do sujeito que projeta”.

Desta maneira, a relação do objeto arquitetônico com seu entorno é fundamental, o entorno fornece informações importantes ao projeto, devendo o objeto corresponder ao entorno buscando uma relação entre eles. Porém as informações do lugar não podem ser determinantes da forma do objeto, ela pode ser um fator influenciador mais jamais determinante. Cheregati (2014, p.56) explica, “O lugar é o local da construção, o espaço delimitado por dimensões onde se edificam as estruturas que carregam em sua forma, as características do sítio onde está implantada”, então, mesmo que o entorno não determine diretamente a condição de projeto dever haver uma interação entre ambos.

A construção é outro elemento que busca resolver problemas interno relacionados ao projeto. É um instrumento fundamental para conceber a arquitetura, não existe concepção sem a construção, ela resolve o problema básico consciente, onde separa a geometria e o desenho e os transforma em realidade física. O desenvolvimento de um projeto consiste do ajuste contínuo entre a estrutura física e a estrutura visual. É preciso assim que a estrutura física seja correspondente a estrutura espacial. Segundo (MAHFUZ, 2004, p.17).

É importante ressaltar que a edificação é formada por duas estruturas. A primeira composta por elementos de função estrutural que resistem a cargas incidentes do edifício, e a outra, a estrutura espacial que se configura através de vedações de acabamentos internos e externos, esse conjunto é chamado de a “forma pertinente”, (CHEREGATI, 2014, p.58).

O lugar, o programa e a construção, segundo Cheregati (2014, p.53) buscam resolver problemas inerentes a condições internas ao problema projetual, como se fossem estimulantes da forma, são como componentes objetivos do projeto determinados pelo projetista e suas

escolhas. Por seguinte, para complementar o quarteto Contemporâneo pode-se agora descrever o fator da condição externa, a estrutura formal.

O problema arquitetônico externo atua como ordenador com relações precisas que determinam a estrutura formal. Ela deve estar relacionada a autenticidade e originalidade, pois seu processo deve estar na associação dos elementos, para Mahfuz (2004) “o formal sempre se refere à estrutura relacional ou sistema de relações internas e externas que configuram um artefato ou episódio arquitetônico e determinam a sua identidade”. Não são de objetivos exclusivos da arquitetura a forma e a identidade formal, apesar da principal preocupação do arquiteto está relacionado a forma, pois é a síntese do programa do lugar e da técnica que definem a estrutura formal. A base de princípios que regulam a forma pode ter origem das condições já existentes (programa, lugar e estrutura) buscando sintetizar estes aspectos buscando harmonia entre ambos.

Por fim, segundo Mahfuz (2004, p.37) “Uma obra consistente está vertebrada por um sistema de relações internas que garantem sua identidade formal”, ou seja, para que o projeto tenha uma estrutura formal de qualidade resolvendo problemas externos é preciso uma combinação com os aspectos internos segundo o Quaterno Contemporâneo, estes fatores como o lugar, o programa e a construção somados potencialmente garantem a identidade formal definindo assim a forma pertinente para o projeto.

Desta maneira, as contribuições dos elementos analisados da teoria da Forma Pertinente servem de fundamentos para o projeto. O programa é determinado pelas necessidades e funções que estabelece uma ordem espacial, já o lugar pode interferir no espaço planejado, mas não pode determiná-lo, pois existem diversos fatores que influenciam esta relação.

Assim, conhecendo as necessidades do programa e as condições do lugar, pode-se determinar o conceito da construção resolvendo problemas dos aspectos anteriores (programa e lugar). Quando se fala do aspecto estrutural é como se saíssemos de algo abstrato e atingisse algo concreto, relacionado ao método construtivo resolvendo as questões internas.

Ainda se tratando da Forma Pertinente, o que caracteriza a identidade estética é o aspecto formal, que busca ordenar os três demais aspectos do Quaterno contemporâneo, buscando solucionar externamente a configuração do objeto arquitetônico.

2.2 População em situação de rua no Brasil

Traçar um perfil população que hoje vive nas ruas no Brasil é necessário para compreender formas de implantar políticas públicas voltado a essas pessoas. Segundo o (IPEA,)

o país não possui dados oficiais sobre o número real de pessoas em situação de rua o que dificulta a implantação de políticas públicas para esse seguimento. Para criar uma estimativa dessa população usam-se dados fornecidos pelo Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas). As cidades de pequeno e médio porte são as que menos possuem esses dados os que tornam ainda mais difícil a integração de medidas sociais nesses locais.

Além disso, embora a maioria dos municípios pequenos não tenha levantado este dado, o número que o levantou não é desprezível: nada menos que 950 municípios com população de até 30 mil habitantes informaram a população de rua em 2015. Ao agregarmos os dados de 2014, temos que 1.071 municípios de até 30 mil habitantes e 631 municípios com mais de 30 mil habitantes possuem dados disponíveis sobre o número de pessoas em situação de rua. CENSOSUAS, 2015.

A população de rua pode ser descrita como um “grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular” (POLITICA NACIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL DA SITUAÇÃO DE RUA, 2008, p.8), que dormem em ruas, embaixo de viadutos, edificações abandonadas, parques e praças. Quando dizemos que se trata de um grupo heterogêneo é devido ao fato de que cada indivíduo que se encontra nessa situação possui seus próprios motivos que o levaram ali, mas ainda sim pode-se notar algumas características dominantes nessa população.

Os moradores de rua são majoritariamente masculinos, cerca de 80%, entre 25 e 44 anos e que se declaram pardos ou pretos, levantando indagações sobre desigualdade social e racismo (Censo Suas, 2015). Um dado que chama atenção e vai contra o imaginário comum de que morador de rua é ‘mendigo’ mostra que 70,9% possui atividade remunerada realizando serviços como catador de materiais recicláveis, flanelinha, limpando e na área da construção civil e apenas 15,7% da população de rua vive de mendicância (Censo Suas, 2015). Esses dados subvertem a ideia de que são pessoas ‘preguiçosas’ e ou acomodadas e levanta a questão acerca dos reais motivos que levam alguém a morar na rua e como é possível mudar este cenário.

A escolaridade dessas pessoas é baixa, onde só 2,1% têm educação básica (ensino escolar regular) e 1,7% tem ensino profissionalizante (Censo Suas, 2015). Os motivos que levam a essa situação são alcoolismo e drogas, ao desemprego e motivo de conflitos familiares, onde “9% não mantém contato nenhum com seus familiares, 34,3% tem um contato mais regular, e 14,5% tem um contato esporádico” (KLAUMANN, 2017, p.16). Outro dado que chama a atenção é o fato de que os moradores de rua residem nas suas cidades natais ou nas

proximidades na qual “45,8% nunca moraram na rua em outra cidade e 56% são do mesmo estado onde estão vivendo atualmente” (KLAUMANN, 2017, p.16)

Na área da saúde 29,7% possuem algum problema de saúde, sendo os mais comuns a hipertensão e o HIV. Isso é agravado pelo fato deles não possuírem documentação, que os impede de usar o Sistema Único de Saúde (SUS) e até mesmo se beneficiar de programas sociais do governo. Conhecer essa população de rua auxilia na construção de um perfil comum entre eles a meio de criar políticas de enfrentamento a situação de rua e compreender as necessidades dessas pessoas com intuito de “estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re) integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros.” (BRASIL, 2008, p.4).

2.3 As pessoas em situação de rua e a cidade

A população que vive nas ruas não tem seus direitos constitucionais garantidos, sendo marginalizados e estigmatizados pela sociedade. O processo de exclusão social juntamente com “a rualização e a permanência dos sujeitos nos espaços da rua, incluindo-os como frutos de uma sociedade que aparta, discrimina, difere, criminaliza e institucionaliza tais experiências, que ela mesma produziu” (ABREU, 2015, p.10), transformando essas pessoas em vítimas da sociedade em que vivem.

Viver nas ruas oferece riscos e consequências ao indivíduo que está exposto a violência, drogas e doenças. A visão deturbada acerca dessas pessoas e a marginalização das mesmas a afastam de seus direitos básicos, entre eles o direito a cidade. Compreender o termo ‘direito a cidade’, sua relação com a população de rua e como o espaço influencia na construção do ser social é assegurar que os direitos daqueles que vivem na rua sejam garantidos e possibilitar uma retomada a uma vida com dignidade e segurança.

A teoria quanto ao ‘direito a cidade’ foi criada por Henri Lefebvre, teórico marxista francês na segunda metade do século XX como meio de compreender o processo de urbanização que ocorria nas cidades e tornar esse processo mais democrático (Lefebvre, 2008). O Estatuto da cidade também trabalha esse conceito a respeito da discriminação da composição do meio urbano e a desigualdade na formação do mesmo (Rolnik, 1997).

O direito a cidade é descrito por Battaus como “um direito que os cidadãos têm a uma cidade hígida, a um ambiente harmônico e equilibrado e a um local que proporcione dignidade à pessoa”. Ter direito a cidade não se trata apenas de ter acesso aos espaços, mas sim a um local

que traga qualidade de vida aos indivíduos, é a construção de um espaço humano, íntegro e de encontro às necessidades da população.

Lefebvre (2011, p.111) trata o direito à cidade como algo que “não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”, onde, mas do que acesso a parte física que constitui a cidade os indivíduos precisam de acesso também a vida urbana que essa estrutura propicia. A Agenda Urbana proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) defende que é “direito de todos os habitantes, da presente e das futuras gerações, de ocupar, usar e produzir cidades justas, inclusivas e sustentáveis, definido como um bem essencial comum para a qualidade de vida” baseado nos princípios da “justiça social, da equidade, do efetivo cumprimento de todos os direitos humanos, da responsabilidade para com a natureza, e da democracia local” (IPEA, 2016).

A partir do entendimento de que o direito a cidade implica no acesso a vida urbana por parte de todos os indivíduos nos deparamos com a questão da população de rua e seu lugar na cidade. Essa população pode ser descrita como um grupo heterogêneo marcado pela pobreza falta de apoio familiar e a falta de um, local para morar. Essas pessoas utilizam os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de atendimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.16). Os indivíduos que residem nas ruas são vistos como um problema tanto pelos moradores quanto pelos governantes que não os reconhecem enquanto seres sociais de direitos e tratam os como escória social.

As medidas higienistas adotadas por alguns governantes demonstra a imagem construída sobre a população de rua. Medidas como desocupar áreas públicas tomadas por moradores de rua com uso da força, retirada de pertences como colchões e cobertores e até cogitar proibir a distribuição de alimentos por organização não governamental (ONG's) e associações são formas de afastar essas pessoas sem de fato solucionar o problema (uma vez que essa população irá apenas migrar para outro local). Soluções construtivas (figura 12 e 13) como colocar grades em praças, pedras em canteiros, bancos e rampas que impedem de que dormir neles além de apenas mascararem o real problema essas medidas aumenta a desigualdade e animaliza essas pessoas, que passam a se ver como algo descartável, uma ‘praga’ a ser combatida (SUZANAVIER, 2010).

Figura 12: Estruturas Anti-Mendigos



Fonte: Wordpress (2012)

Figura 13: Estruturas Anti-Mendigos



Fonte: Wordpress (2012)

Quando se fala que todos tem direito a cidade isso inclui a população de rua. Eles têm direito a um local seguro e digno, mas as diversas circunstâncias que levam a tais condições os inviabilizam enquanto cidadãos. Coibir o acesso aos espaços vai à contramão desse direito, deve ir além e ofertar meios de acesso a um local respeitável e a políticas públicas que de fato auxiliam na construção de uma vida melhor para essas pessoas marginalizadas.

2.4 Primeiras entidades e associações no Brasil

1970 e 1980: primeiras entidades no Brasil surgiram através de ações lideradas pela igreja católica. As instituições religiosas são as pioneiras nas ofertas de locais de assistência para os moradores de rua (BASTOS, 2003; CANDIDO, 2006).

1988: a Constituição de 88 trouxe a toa a questão das políticas públicas como meio de diminuir as desigualdades sociais. A constituição salienta que todos são iguais perante a lei e os direitos sociais.

1993: início do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua a partir de parcerias entre entidade governamentais e não governamentais, com objetivo de elaborar políticas públicas aos moradores em situação de Rua em Belo Horizonte/MG (KLAUMANN, 2015).

1995: conhecido como o grito das excluídos houve uma grande manifestação em mais 170 cidades com intenção de denunciar a exclusão, valorizar os sujeitos sociais com a iniciativa das Pastorais Sociais (KLAUMANN, 2015).

2001: ocorre a Primeira Marcha do Povo da Rua com intuito de lutar contra o descaso e abandono dessa população por partes dos governantes (KLAUMANN, 2015).

2004: aprovada a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004) que dava a assistência social o poder de Proteção Social Especial ao atendimento da população em situação de rua além de um Convênio de Cooperação Técnico-Científica e Financeira com a Organização Não Governamental do Auxílio-Fraterno – (OAF/SP), com objetivo para fortalecer o Movimento Nacional da População de Rua (SDH, 2013).

2005: criado Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) apoiado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis resultado das manifestações contra a violência em que a população em situação de rua estava sujeita. É realizado o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, que deu início a formulação da Política Nacional para a População em Situação de Rua e possibilitou o acesso ao atendimento especializado para a população em situação de rua (COSTA, 2007; FERRO, 2012).

2009: acontece o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, resultado do trabalho de 5 anos acerca da população de rua. No mesmo ano houve a aprovação da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que direcionou serviços próprios para pessoas em situação de rua (KLAUMANN, 2015).

2010: parceria com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que auxiliou na “formação, organização e articulação da população em situação de rua, além de contribuir para a consolidação do MNPR (Movimento Nacional da População de Rua).” (KLAUMANN, 2015).

2011: formulado a série SUAS e População em Situação de Rua” com três volumes que contém sobre Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua e Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua e do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (KLAUMANN, 2015).

2012: 70 municípios recebem auxílio para criação de espaços de acolhimento para a população de rua e a criação do manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua (KLAUMANN, 2015).

2013: a Resolução nº 09, de 18 de abril de 2013, reordena os Serviços de Acolhimento Institucional e os Serviços de Acolhimento em Repúblicas para Pessoas em Situação de Rua (SDH, 2013).

2014: criação do relatório produzido pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH) sobre a população de rua. Neste estudo traça-se um perfil do indivíduo que vive nas ruas e se torna um norteador para implementação de políticas públicas (KLAUMANN, 2015).

2.5 Política nacional de assistência social ao morador de rua

A heterogeneidade que prevalece entre a população de rua faz com que seja ofertado diversos serviços pela assistência social, oferecendo diferentes vias de acesso aos serviços para proteger essas pessoas. A constituição de Federal de 1988 (CF/88) trouxe uma ampliação do discurso acerca da proteção social, trabalhando as questões da saúde, previdência social e assistência social visou combater a desigualdade social no país.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social foi resultado dessa nova visão sobre a assistência social e tornou-a um direito do cidadão. Em 2004 a LOAS inclui a obrigatoriedade da formulação de programas de amparo a população em situação de rua, passando a responsabilidade do cumprimento dessas ações aos municípios.

Em 2009 foi promulgado a Resolução do Conselho Nacional De Assistência Social- CNAS Nº 109, De 11 de Novembro de 2009 que especifica os tipos de serviços sócio assistenciais a nível nacional, dentre os quais, os serviços destinados à população em situação de rua são especificados como sendo de Proteção Social Especial, Especializado para pessoas em Situação de Rua, Serviços de Acolhimento Institucional, Serviços de Acolhimento em Repúblicas e Especializado em Abordagem Social (BRASIL, 2012).

Os Serviços de Acolhimento Institucional (Abrigos Institucionais e Casas de Passagem) e os Serviços de Acolhimento em República ofertam atendimento integral garantindo condições de estadia, convívio, endereço de referência, acolhimento com privacidade para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento, e dependendo da realidade local, podem disponibilizar espaços para guarda de carrinhos de coleta e abrigo para animais de estimação. Estes espaços têm como meta atender de forma qualificada respeitando os indivíduos, tratando com dignidade através de “uma equipe preparada, com postura não discriminatória, atenção e escuta qualificada, dentre outras características necessárias para atender as diversidades deste público” (BRASIL, 2012a).

Os equipamentos sociais para adultos em situação de rua são: albergues; casas de Convivência/Centros Pop; acolhimentos institucionais; abrigos; casas de passagem; repúblicas. O abrigo é classificado de acordo com modalidades, de acordo com sua função, público alvo, objetivo e quantidade de pessoas atendidas. São elas:

- **Abrigo Institucional:** É uma unidade que oferece acolhimento provisório. Devem possuir características residenciais para que o morador de rua não se sinta discriminado, proporcionando um ambiente acolhedor e respeitando as condições de dignidade dos seus usuários. Deve ofertar atendimento individualizado e especializado, com vistas a conhecer a história da pessoa que está sendo atendida. É importante também que sejam realizadas abordagens coletivas a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos sociais, comunitários e familiares. Atende adultos e famílias que se encontram em situação de rua. As pessoas ficam num tempo de permanência de pelo menos 6 meses, para que cada indivíduo tenha sua autonomia e não seja dependente deste serviço, pois uma das metas desta unidade é que o indivíduo se integre à sociedade, e tenha conquistas pessoais.
- **Casas de Passagem:** É uma unidade de acolhimento imediato e emergencial para famílias ou pessoas do mesmo sexo. Trabalha para atender a demanda específica, faz a triagem dos usuários, verifica a situação apresentada e assim depois os encaminha para instituições específicas. Seu público alvo são quaisquer indivíduos em situação de rua ou em migração, a diferença deste para o abrigo é que neste existe a transitoriedade, pois casas de passagem atendem as pessoas que não tem a intenção de permanência por longos períodos. O período máximo de permanência é de 3 meses.
- **República:** Unidade que oferece proteção, apoio e moradia. Sua gestão deve ser realizada pelos próprios moradores, a fim de que gradualmente venham a adquirir autonomia e independência. É destinado a pessoas adultas que estão em fase de reinserção social. Essas unidades devem possuir até 10 usuários, e como uma república já tem uma funcionalidade de casa, seu funcionamento é ininterrupto. O período de permanência é de 12 meses (BRASIL, 2012a).

Os albergues e abrigos para alojar os moradores de rua são o meio mais difundido na atualidade como medida de assistência. Os albergues em sua maioria são espaços que oferecem apenas um local para pernoite, podendo dispor de uma refeição para os moradores de rua.

2.6 Arquitetura de espaços de assistência a população de rua

Os espaços destinados à assistência social para a População de Rua no Brasil apresentam uma qualidade ambiental e de serviços, que prejudicam a eficiência no processo de reintegração social desta população. Ao mesmo tempo, são espaços recentes em que sua maioria, criados a partir da Política Nacional para a População em Situação de Rua que

frequentemente são improvisados em edifícios existentes e oferecem apenas dormitórios e alimentação.

Além da condição do espaço, a prestação dos serviços apresenta fragilidades. Somado a isso, encontra-se diversos relatos de que o processo de acolhimento é muito rígido, são poucos que respeita a variabilidade de situações em que os moradores de rua se encontram, são poucos que atendem também às particularidades que esse agrupamento demanda.

Percebe-se que as instituições de acolhimento estão desatualizadas e sem funcionalidade devido ao abandono e má gestão por partes do poder público. Muitos moradores de rua não se adaptam as instituições de acolhimento, e muitos deles ainda preferem as ruas, pois nela se acham mais libertos, seguros e acolhidos do que em casas de abrigos.

Pereira (2014) concluiu através de pesquisas que pessoas em situação de rua se sentem intimidadas por espaços arquitetônicos grandiosos preferindo locais mais simples “que lembre o aconchego de suas próprias casas”. Isso retoma o discurso acerca da “forma e função”, onde ambas devem ser pensadas de forma que esses espaços de acolhimento sejam de fato eficazes e tragam conforto e venham de encontro com as necessidades e características dessa população.

Os serviços ofertados pelo centro de acolhimento a pessoas em situação de rua são serviço desenvolvido de forma continuada e programada, que tem como finalidade de assegurar o trabalho social de abordagem que identifique as características dos moradores de rua e as suas necessidades. O serviço busca uma solução imediata para os problemas mais infringentes do morador de rua encaminhados para os serviços públicos, famílias e até mesmo acionando o poder policial, desde que o mesmo não prejudique a execução do serviço especializado para pessoas em situação de rua. (MENDEZ, 2013)

Os locais de acolhimento necessitam-se garantir o espaço físico que comporte a infraestrutura necessária para a completa execução das funções e atividades a serem desenvolvidas neste ambiente e de policiamento constante para seu bom funcionamento. A instituição deve favorecer um convívio adequado entre os funcionários e usuários, com instalações amplas e protegidas.

As instituições especializadas para população de rua devem ser acolhedoras, onde o usuário se sinta à vontade, e a cada profissional possua seu ambiente privativo para melhor desenvolvimento do trabalho em prol aos favorecidos do espaço, assim o ambiente deve possuir um espaço aberto, onde possa se desenvolver atividades em grupo, além de espaço de convívio, para a integração social entre os mesmos.

A infraestrutura física do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua deve assegurar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência e/ou

mobilidade reduzida, incluindo pessoas que possuam outras dificuldades, como deficiência auditiva, visual (Brasil, 2013).

Para a definição do local onde será implantado o Centro de Referência, o gestor deve considerar as especificidades do território, através da implantação das Unidades em lugar de fácil acesso, maior concentração e trânsito das pessoas em situação de rua na localidade. Desta forma, faz-se necessária a elaboração de um diagnóstico socio territorial para identificar as áreas de maior concentração e trânsito dessa população, bem como sua dinâmica de movimentação. As instituições implantadas para o auxílio do Centro Pop (Centro de Referência Especializada para População de Rua) devem conter espaços adequados que atenda todos os usuários de maneira geral, tais como (Brasil, 2013):

- Recepção e acolhida inicial;
- Sala para atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e atividades administrativas;
- Sala de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos;
- Salas e outros espaços para atividades coletivas com os usuários;
- Socialização e convívio;
- Copa/cozinha;
- Banheiros masculinos e femininos com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Refeitório;
- Lavanderia;
- Guarda de pertences, com armários individualizados
- Higiene pessoal (banheiros individualizados com chuveiros, inclusive).

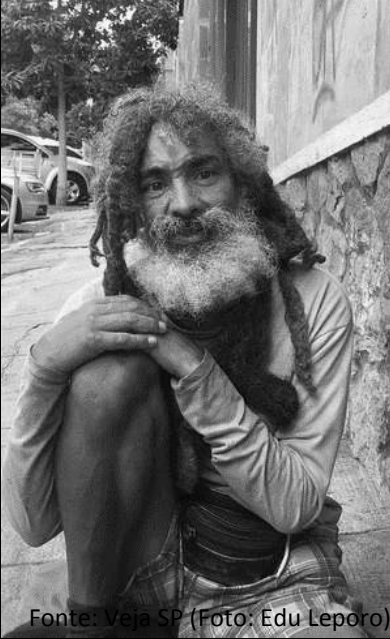
Estes espaços físicos devem ser compatíveis com o número médio de assistidos, caso este número seja ultrapassado constantemente, cabe à prefeitura um estudo para o remanejamento do Centro-pop ou mesmo a criação de nova unidade no perímetro. O mobiliário correto para o melhor aproveitamento dos serviços ofertados dentro do Centro de acolhimento segundo o qual deve ter no mínimo (Brasil, 2013):

- Mobiliário, computadores, telefone;
- Material de expediente e material para o desenvolvimento de atividades individuais e coletivas (pedagógicos, culturais, esportivos, etc.);
- Veículo para utilização da equipe (de uso exclusivo ou compartilhado);
- Arquivos, armários ou outros, para guarda de prontuários físicos em condições de segurança e sigilo;
- Armários individualizados para guardar pertences;
- Materiais para a produção e realização de refeições;
- Artigos de higiene pessoal.
- Acesso à internet;

As instituições de apoio para pessoas em situação de rua podem ser compartilhadas com outros serviços públicos, ou mesmo grupos de apoio privados, desde que sejam assegurados os espaços “específicos necessários ao Centro de Referência e não prejudique a qualidade do atendimento aos usuários acolhidos.” (Brasil, 2013).

Criar um espaço para assistência social que promova verdadeiras mudanças na realidade da população em situação de rua demanda uma busca por elementos conceituais e práticos que contribuam para transformações efetivas.

A arquitetura de uma edificação pode interferir nas questões emocionais, sócias, físicos, psicológicos, na percepção do espaço por meio daqueles que o frequentam bem como atrair ou excluir seu público alvo. Portanto é preciso adquirir informações suficientes para idealizar abrigos que possa atender e atrair a população de rua.



Fonte: Veja SP (Foto: Edu Leporo)

3. Ρεφερι νγιασ Προφετυαισ

- 3.1 φαγτπεφ 69
- 3.2 αλβεργυε χομυνα ψερβασ δελ παραι σο
- 3.3 σηελτερ ηομε

3. REFERENCIAS PROJETUAIS

3.1 Jagtvej 69

Ficha Técnica

Arquitetos: WE Architecture

Localização: Jagtvej 69, 2200 København N, Dinamarca

Colaboradore: Vendepunktet, UBA studio, Erik Juul

Tipo: Habitação temporária para sem-teto e jardins urbanos

Área: 2000.0 m²

Ano do projeto: 2017

O projeto da Habitação temporária (figura 14) para sem-teto e jardins urbanos do escritório WE Architecture visou transformar uma área abandonada em Jagtvej 69, Copenhague, em um espaço para a população marginalizada e oferecer uma nova perspectiva de vida.

Figura 14: Fachada Principal Jagtvej 69.



Fonte: Archdaily (2017)

A mescla entre um jardim urbano e um abrigo para pessoas em situação de rua cria um elo entre os moradores da área com a população de rua, onde ambos usufruem do espaço igualmente e cria uma visão humana sobre essas pessoas.

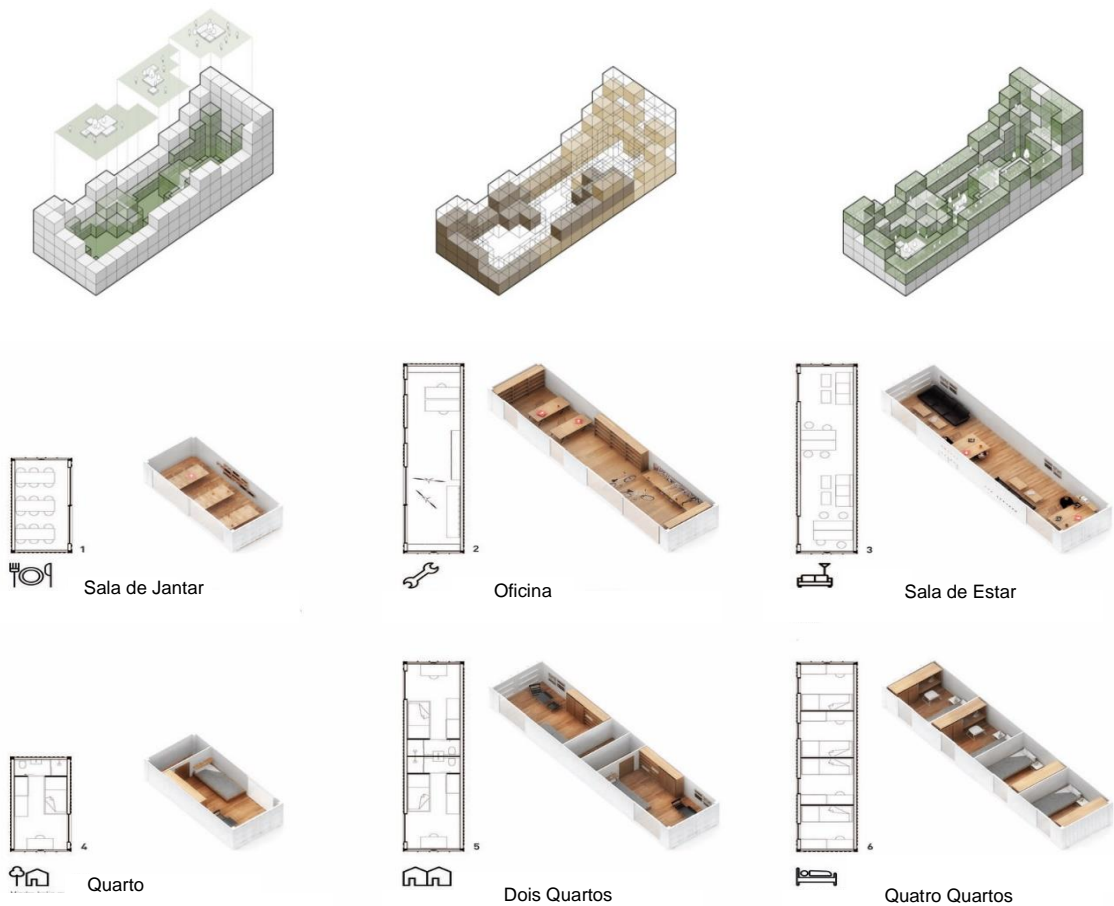
Figura 15: Entrada Principal Jagtvej.



Fonte: Archdaily (2017)

O programa de necessidade é setorizado em uma estrutura modular. Cada módulo contém um ambiente, oferecendo uma ampla gama de atividades, tais como cozinhas, salas de jantar, escritórios, salas de estar, e até mesmo um estúdio de ioga.

Figura 16: Volumetrias e Plantas Baixas Jagtvej.



Fonte: Archdaily (2017)

A composição estrutural é baseada em um sistema de andaimes simples, trabalhando uma estrutura flexível, com a capacidade de adicionar novos recursos e mudar de acordo com as necessidades. Essa estrutura faz com que o projeto possa ser remontado em outra localidade.

Figura 17: Sistema de Andaime Jagtvej.



Fonte: Archdaily (2017)

3.2 Albergue Comuna Yervas del Paraíso

Ficha Técnica

Arquitetos: IR arquitectura

Localização: Paraíso, Puerto Iguazú, Misiones, Argentina

Ano do Projeto: 2011

Fotografias: Federico Cairoli

O projeto do albergue Comuna na Argentina foi idealizado pelo escritório IR arquitectura sobre um viés ecológico e simples com intuito de oferecer a um ambiente rural uma maneira de ocupar esse espaço em harmonia com a paisagem natural ao redor.

Figura 18: Vista Frontal Albergue Comuna Yervas del Paraíso.



Fonte: Archdaily (2015)

O sistema construtivo e formal se adaptou a paisagem natural com menor impacto possível, sempre levando em conta que o edifício se situa numa área de reflorestamento. Sua modulação foi feita para se adequar a forma da área de implantação sem precisar de grandes intervenções.

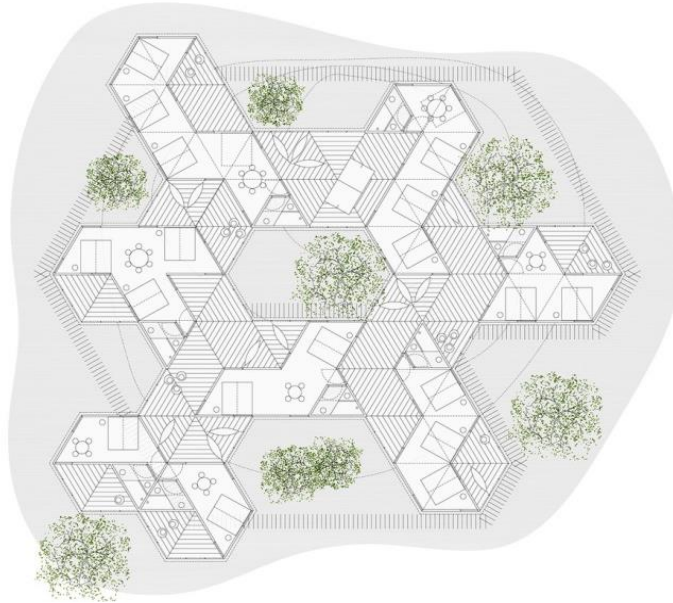
Figura 19: Vista Lateral Esquerda Albergue Comuna Yervas del Paraíso.



Fonte: Archdaily (2015)

O uso de módulos auxilia na dispersão do programa de necessidades, as medidas entre os eixos dos pilares são sempre de 3,00 metros, o que permite que a implantação e as modificações sejam simples. Essa possibilidade de modificação do ambiente construído configura a marca do edifício.

Figura 20: Implantação Geral Albergue Comuna Yerbás del Paraíso.



Fonte: Archdaily (2015)

O projeto é efetuado com conhecimento do sistema e o número aproximado de módulos a construir, mas sem a necessidade de impor de antemão a morfologia final do edifício. Simplesmente se utiliza o espaço vazio entre as espécies arbóreas a conservar. Logo, sobre a figura resultante, planejam-se variáveis possíveis de planta baixa e se determina qual a mais funcional ao esquema programático que requer o edifício, para então ser executado.

Figura 21: Vista Superior Albergue Comuna Yerbás del Paraíso.



Fonte: Archdaily (2015)

3.3 Shelter Home – Javier Larraz

Ficha Técnica

Localização: Navarra, Espanha

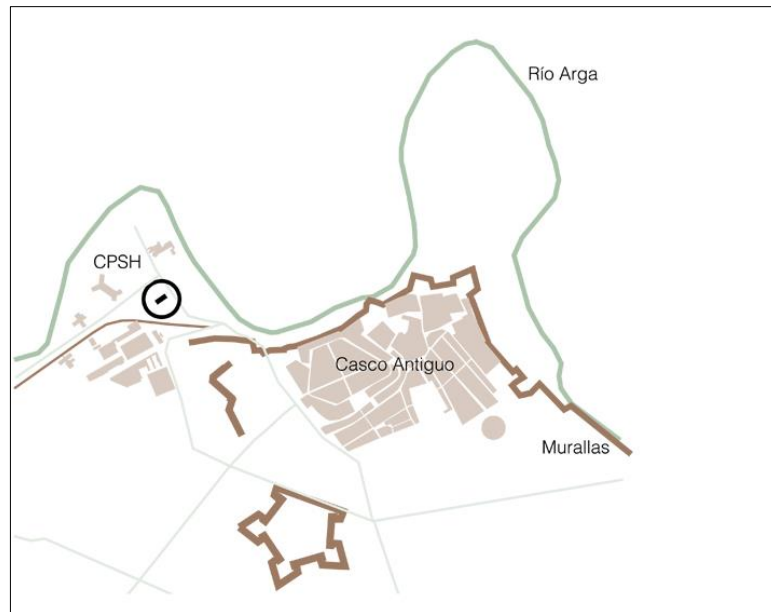
Ano: 2010

Arquitetos: Javier Larraz (larraz arquitectos)

Status: Construído

O Shelter Home está localizado em Pamplona, na cidade de Navarra na Espanha.

Figura 22: Localização Shelter Home.



Fonte: Archdaily (2011)

Figura 23: Vista Frontal Shelter Home.



Fonte: Archdaily (2011)

No centro estão localizados: (dormitórios, oficinas, salas de jantar e de lazer)

Figura 24: Planta Baixa 1 Shelter Home.



SERVIÇO ITINERANTES

1 Acesso	8 Sala de Jantar
2 Vestíbulo	9 Sanitários
3 Elevador	10 Sala de Estar
4 Controle	11 Dormitório Feminino
5 Consigna	12 Oficina das Mulheres
6 Oficina	13 Cozinha

SERVIÇO DE PERMANÊNCIA MÉDIA

14 Acesso	18 Instalações
15 Estar	19 Frasco
16 Dormitório	20 Jardim
17 Sanitários	

Fonte: Archdaily (2011)

Figura 25: Planta Baixa 2 Shelter Home.



SERVIÇO ITINERANTES

1 Elevador	5 Sala de Jantar
2 Escada	6 Oficina
3 Dormitório	7 Sala Pessoal
4 Sanitários	8 Armazém

Fonte: Archdaily (2011)

Figura 26: Vista Aproximada Fachada Principal Shelter Home.



Fonte: Archdaily (2011)

A simplicidade com a qual foi realizado o projeto, mostra a quão singela é a relação deste público com o conceito de moradia. A forma com qual ele se resolve, sem se impor de maneira agressiva, convida o usuário a permear o projeto. Chama à atenção também o tamanho do programa, que é reduzido, atendendo somente o contingente que é possível administrar

Figura 27: Vista Lateral Direita Shelter Home.



Fonte: Archdaily (2011)



Fonte: Veja SP (Foto: Edu Leporo)

4. Αν<λ>ισε Προφετυαλ

4. ANALISE PROJETUAL

O projeto do escritório apresenta uma mescla entre espaços livres urbanos e um local de assistência à população de rua da região. Esse conceito auxilia na construção de um espaço mais humano que muda a visão da população local com esses moradores de rua. A interação entre eles tira o estigma da população de rua como algo inferior e por vezes perigosas. A estrutura aberta cria um ambiente convidativo e harmônico para todos ao mesmo tempo em que se torna convidativo a população de rua.

O projeto Albergue Comuna também traz a estrutura modular como solução do programa de necessidades, com uma arquitetura simples e dinâmica cria um espaço de calma e contato com a natureza além de mesclar o ambiente construído com o entorno.

O Shelter Home cumpre sua função social de modo a oferecer abrigo e alimento para o usuário, em troca, os mesmos deverão participar e exercer tarefas diárias como limpeza, lavagem, pintura, jardinagem, dentre outros, em busca de um compromisso pessoal dos que fizerem uso dessa edificação. Com uma arquitetura limpa e sem grandes apelos visuais a edificação compõe uma paisagem sóbria e calma em um ambiente aconchegante.

Esses projetos trazem a forma aliada a função ao qual foram construídos, ambos dialogam com o entorno e com sua comunidade. A forma modular exerce o papel de apresentar espaços dinâmicos e plurais onde o usuário se identifica com o espaço.

Figura 28: Referências Projetuais



Fonte: O autor



Fonte: Veja SP (Foto: Edu Leporo) 2016

5. Χαρακτηριζα| ©ο Δο Μυνηχί πιο

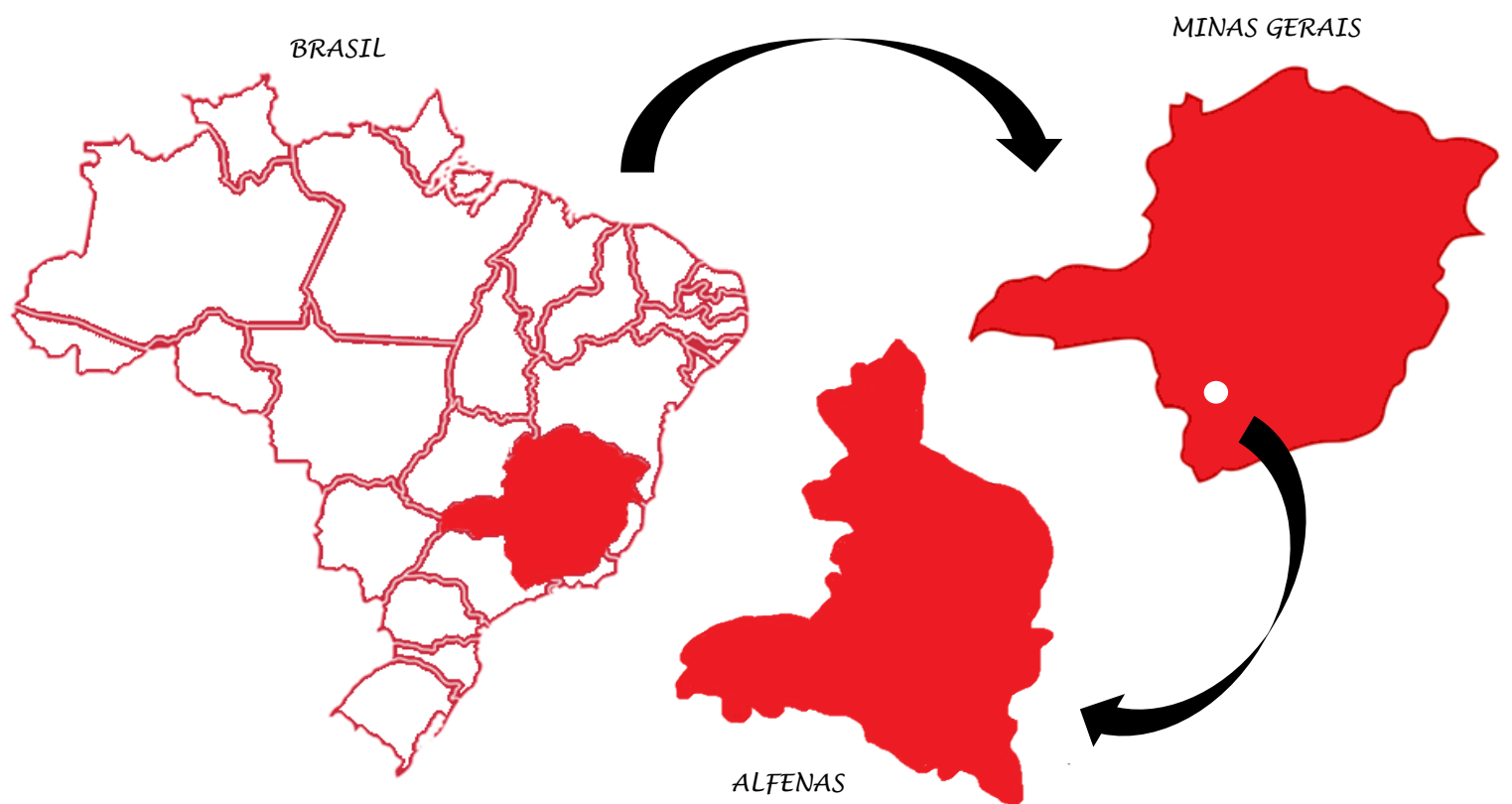
- 5.1 λοχαλ εμ εστυδο
- 5.2 βρεπε ηιστ ριχο δε αλφε νασ ΜΓ

5. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

5.1 Local em estudo

Alfenas está situada no sul do Estado de Minas Gerais, no sudeste do Brasil. A cidade conta atualmente com uma população aproximada de 79.707 habitantes. Possui uma área de 850,446 Km² com densidade demográfica de 93,72 hab./km². (IBGE, 2017)

Figura 29: Imagem da localização de Alfenas-MG.



Fonte: Imagem do Wikipédia alterada pela autora (2017)

Figura 30: Dados Demográficos de Alfenas-MG

POPULAÇÃO		EDUCAÇÃO	
População estimada [2018]	79.481 pessoas	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,8 %
População no último censo [2010]	73.774 pessoas	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2015]	6,6
Densidade demográfica [2010]	86,75 hab/km ²	IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2015]	4,5
TERRITÓRIO E AMBIENTE		Matrículas no ensino fundamental [2018]	9.049 matrículas
Área da unidade territorial [2018]	850,446 km ²	Matrículas no ensino médio [2018]	2.927 matrículas
Esgotamento sanitário adequado [2010]	94,8 %	Docentes no ensino fundamental [2018]	518 docentes
Arborização de vias públicas [2010]	79 %	Docentes no ensino médio [2018]	220 docentes
Urbanização de vias públicas [2010]	70 %	Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]	31 escolas
ECONOMIA		Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]	11 escolas
PIB per capita [2016]	28.964,87 R\$	TRABALHO E RENDIMENTO	
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	79,1 %	Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2016]	2,4 salários mínimos
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,761	Pessoal ocupado [2016]	21.512 pessoas
Total de receitas realizadas [2017]	266.276,68 R\$ (×1000)	População ocupada [2016]	27,2 %
Total de despesas empenhadas [2017]	242.021,98 R\$ (×1000)	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	31,5 %

Fonte: IBGE

5.2 Breve histórico de Alfenas-MG

Alfenas inicia-se por volta de 1805, período em que se encontram informações sobre os primeiros habitantes colonizadores de Alfenas. Destas informações consta a doação de terreno feita por Francisco Siqueira de Araújo e sua esposa à Capela de Nossa Senhora das Dores e São José. Em 1832, a capela já dispunha de um pároco, padre Venâncio José da Siqueira. Nos livros da matriz de Alfenas encontra-se a primeira referência ao Cônego José Carlos Martins, datada de 1857, quando foi ele provisionado pároco da freguesia.

Figura 31: Estação ferroviária em 1932.

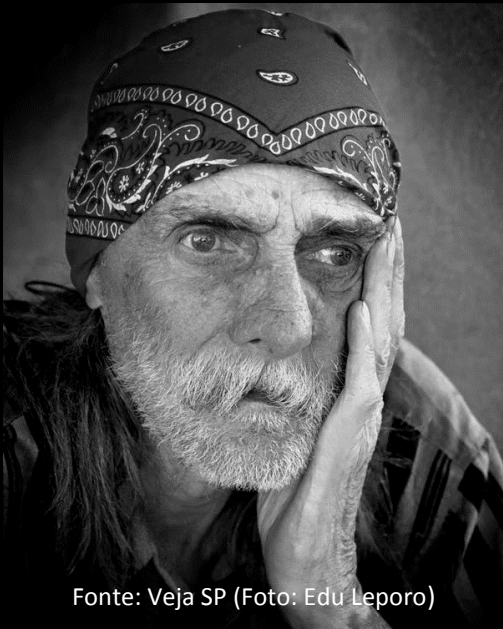


Fonte: www.alfenas.mg.gov.br (2009)

Figura 32: Vista de Alfenas 1950



Fonte: IBGE



Fonte: Veja SP (Foto: Edu Leporo)

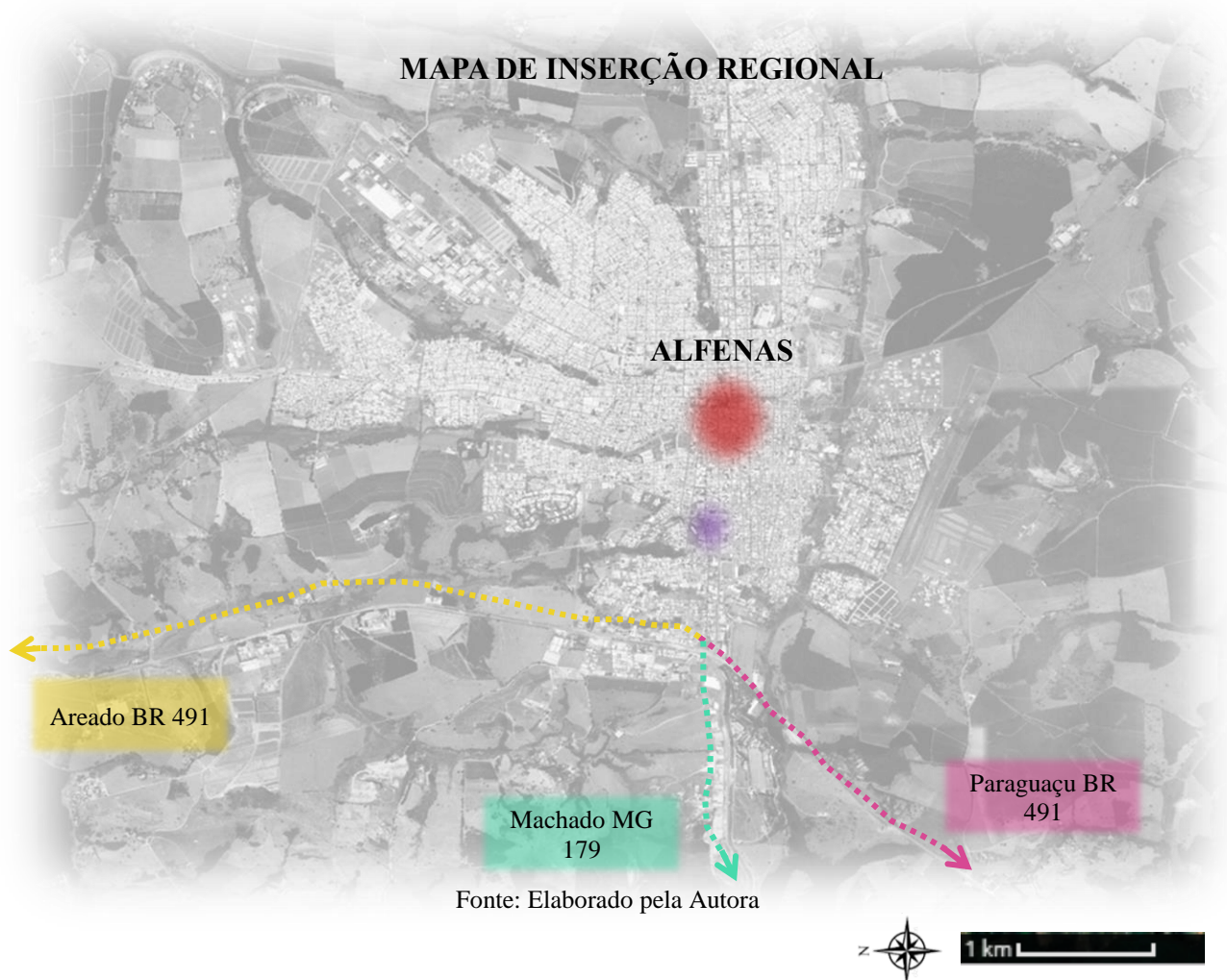
6. Υνιδαδε δε

Αν<λισε

6. UNIDADE DE ANÁLISE

O projeto está localizado no Estado de Minas Gerais, no município de Alfenas. A escolha da região determinada para implantação do Centro de Assistência Temporário à População de em Situação Rua justifica-se pela sua localização. A área abrange grande parte da população de classe média e baixa além de possuir um fácil acesso para a população proposta.

Figura 33: Mapa de Inserção Regional



LEGENDA

- Centro da cidade
- Área de Estudo
- Rota Rodoviária para Areado
- Rota Rodoviária para Machado
- Rota Rodoviária para Paraguaçu

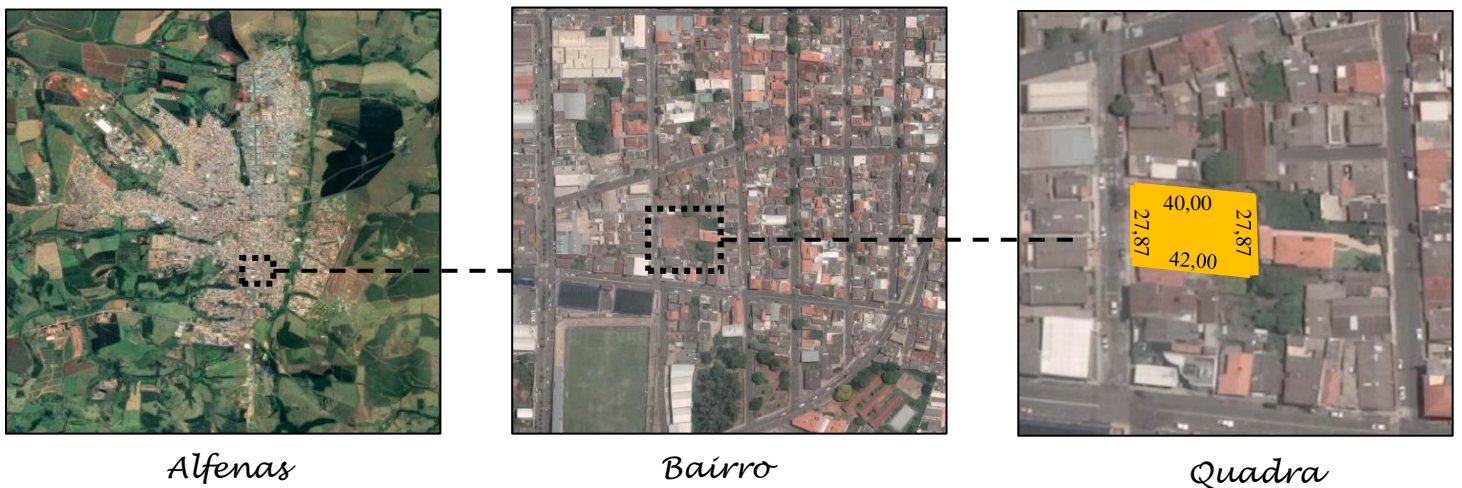
A escolha do terreno se iniciou com alguns pré-requisitos já estabelecidos, que foram definidos através das pesquisas e análises anteriores, são elas:

- Localização mais central, nas principais ruas do centro, algo que pode facilitar o acesso para os moradores de rua, principalmente os que utilizam os carrinhos.
- Terreno próximo a área de maior densidade residencial, criando uma integração maior entre os moradores da região e os usuários, auxiliando na ressocialização dos mesmos.
- Local em situação de vazio urbano.

O terreno se localiza na rua Francisco Mariano, bairro centro. O bairro possui sua proximidade com instituições educacionais, serviços públicos e hospitalares. O terreno possui uma área de 1142.32 m². Atualmente se encontra em situação de vazio urbano, estando totalmente inutilizado e sem cuidados constantes por parte dos proprietários.

Segundo os requisitos antes citados, o terreno está cerca de apenas 200m da rua principal do comércio da cidade, e mesmo estando em uma área central, o movimento de carros e pedestres ao redor do terreno é reduzido comparado ao movimento do centro, mesmo ambos estando muito próximos. Ainda está locado em uma área de maior densidade residencial auxiliando no plano de ressocialização dos usuários.

Figura 34: Zoom da área de implantação do projeto



Fonte: Google Earth alterado pela autora

Figura 35: Vista frontal para o terreno



Fonte: Autoria própria

Figura 36: Zoom da área de implantação do projeto



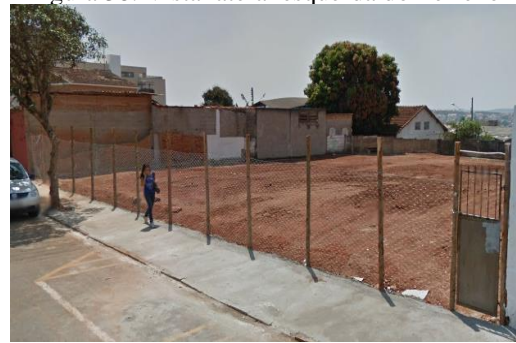
Fonte: Autoria própria

Figura 37: Vista lateral direita do Terreno



Fonte: Autoria própria

Figura 38: Vista lateral esquerda do Terreno



Fonte: Autoria própria



Fonte: Veja SP (Foto: Edu Leporo) 2016

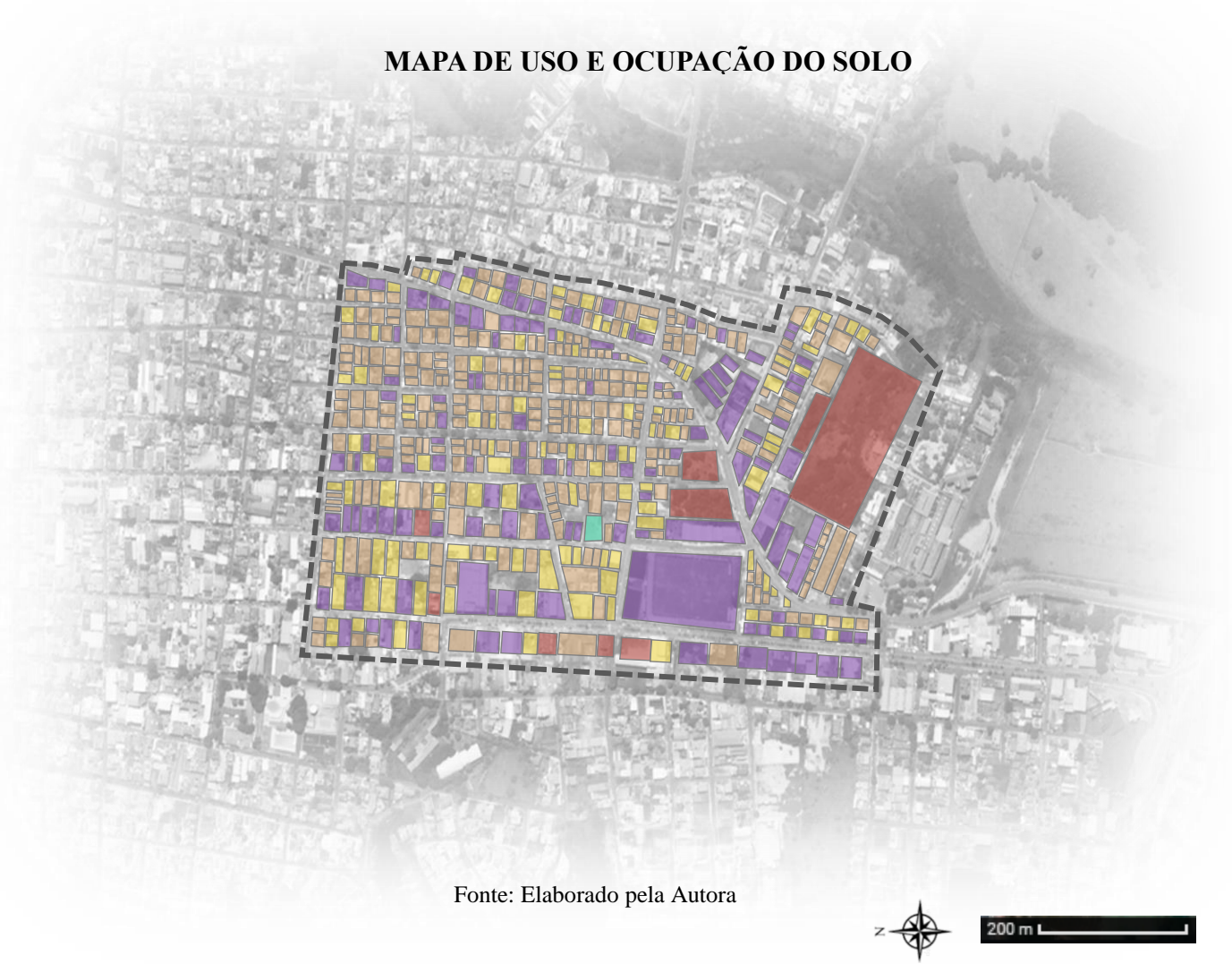
7. Χαρακτηριστικά του Βαίρρο

7. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO

O bairro é dividido entre residencial e comercial (figura 39). As edificações de uso residencial são próprias e ocupadas. É uma área de alta densidade e apresenta poucos lotes vagos. Isso propicia um local com grande interação com a vida urbana em um espaço compartilhado com diversas pessoas.

Figura 39: Mapa de Uso e Ocupação do Solo

MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



200 m

LEGENDA



Residências



Usos Mistos (Residências,
Comércios e Serviços)



Comércios



Terrenos baldios



Área de Estudo

Os ventos predominantes (figura 40) estão a noroeste (CLIMATEMPO, 2017), tendo maior incidência solar na fachada lateral esquerda e na fachada posterior.

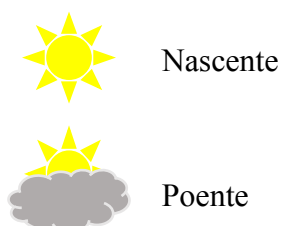
Figura 40: Mapa de Predominantes

MAPA DE PREDOMINANTES



Fonte: Elaborado pela Autora

LEGENDA



No mapa de situação econômica foi realizado estudos da classe social moradora do entorno do terreno para a realização do projeto.

Figura 41: Mapa de Situação Econômica

MAPA DE SITUAÇÃO ECONÔMICA



Fonte: Elaborado pela Autora



200 m

LEGENDA



Classe Média

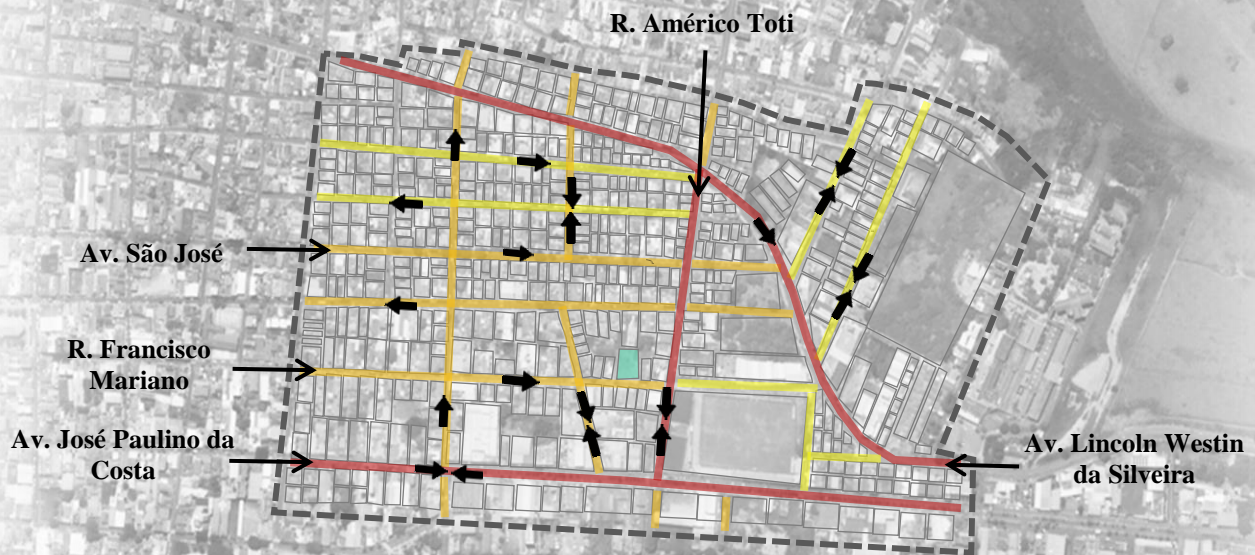


Área de Estudo

A locomoção na região é de extrema importância para o funcionamento de diversos equipamentos que se encontram no bairro, sendo necessário um sistema viário bem definido e sem grandes barreiras. O grande fluxo de pedestres sofre uma variação considerável entre as vias analisadas. Nas vias arteriais a um grande fluxo por ser o principal acesso as demais ruas do bairro, as vias locais possuem um fluxo moderado, pois é usado em sua maioria apenas por moradores do local.

Figura 42: Mapa de Vias de Acesso

MAPA DE VIAS DE ACESSO



Fonte: Elaborado pela Autora



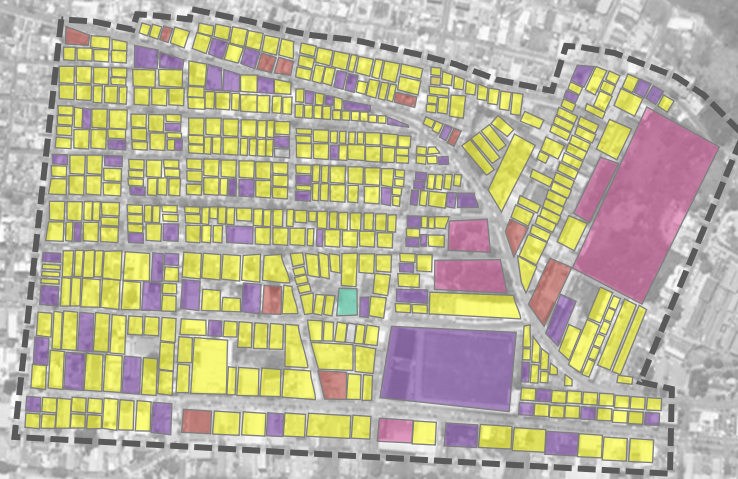
LEGENDA

	Via Arterial		Via Local
	Via Coletora		Área de Estudo

O Gabarito das construções da área em estudo é composto por edificações de um pavimento até três ou mais. O centro é composto por comércios e serviços variados, consequentemente as edificações são ocupadas por diferentes usos, sendo que muitas delas oferecem mais de um serviço em apenas uma edificação. Muitas das construções também acomodam residências juntamente com comércio, geralmente o comércio se localiza no andar térreo e residências nos demais andares (1º pavimento, 2º pavimento, etc).

Figura 43: Mapa de Gabarito

MAPA DE GABARITO



Fonte: Elaborado pela Autora



LEGENDA

	1 Pavimento		Áreas sem construção
	2 Pavimentos		Área de Estudo
	3 Pavimentos ou mais		

Refere-se ao estudo local relacionado aos mobiliários urbanos. Foi então localizado no perímetro da área de intervenção equipamentos públicos como: postes de iluminação indireta, placas de sinalização de trânsito e lixeiras, além de colocar também informações sobre pontos de ônibus.

Figura 44: Mapa de Aspectos Urbanos






MAPA DE ASPECTOS URBANOS (Mobiliário Urbano)



Fonte: Elaborado pela Autora



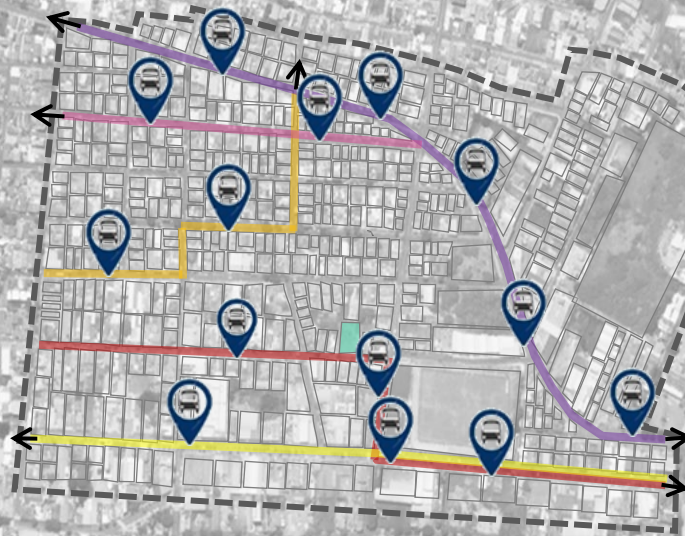
LEGENDA

-  Poste de iluminação Indireta, possui a cada 50m em todas as vias
-  Placa de sinalização de Trânsito (Ruas bem sinalizadas)
-  Ponto de Ônibus
-  Lixeiras
-  Área de Estudo

No mapa de Mobilidade Urbana, mostra como são feitas as rotas das mediações da área escolhida pela empresa de ônibus Alfetur.

Figura 45: Mapa de Mobilidade Urbana

MAPA DE MOBILIDADE URBANA



Fonte: Elaborado pela Autora



LEGENDA

	Rota Campinho		Rota Rodoviária
	Rota Vila Formosa		Área de Estudo
	Rota Hospital Alzira Velano		Pontos de ônibus
	Rota Centro		

No mapa de cheios e vazios, percebe-se que há uma boa ocupação da região, tornando assim, poucos lotes vagos.

Figura 46: Mapa de Cheios e Vazios

MAPA DE CHEIOS E VAZIOS




Fonte: Elaborado pela Autora

LEGENDA



 Cheios

 Área de Estudo

 Vazios

Alfenas é uma cidade rica em espécies vegetais. Várias áreas verdes, inclusive as situadas na região mais rural da cidade, são consideradas áreas de preservação permanente.

Figura 47: Mapa de Vegetações

MAPA DE VEGETAÇÃO




Fonte: Elaborado pela Autora



200 m

LEGENDA

 Vegetação Existente

 Área de Estudo

Ο Προφετο Fonte: Veja SP (Foto: Edu Leporo) 2016

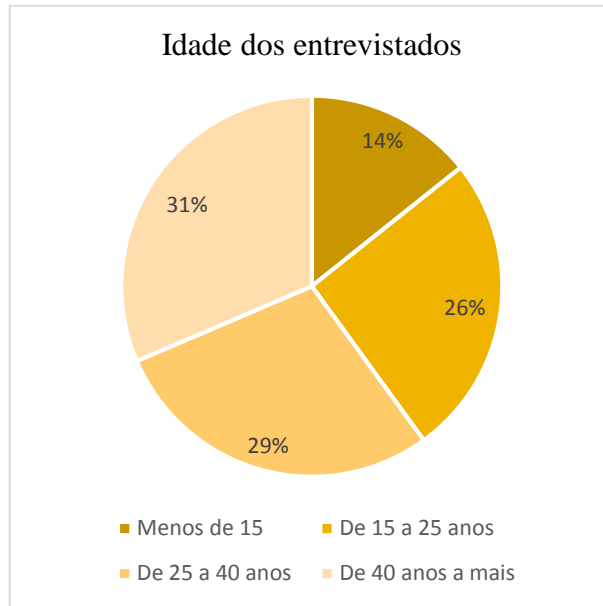


- 8. εντρεπιστα χομ α ποπυλα| ©ο ε μοραδ
ορεσ δε ρυα
- 9. χ |διχο δε οβρασ
- 10. προγραμμα δε νεχεσσιδαδεσ
- 11. φλυξογραμα
- 12. χονχειτο
- 13. παρτιδο αρθυιτετ | νιχο
- 13.1 προποστασ ινιχιαισ
- 13.2 δεφινι| ©ο δα φορμα
- 14. π |βλιχο α σερ ατενδιδο
- 15. γονγλυσ©ο

8. ENTREVISTA COM A POPULAÇÃO E MORADORES DE RUA

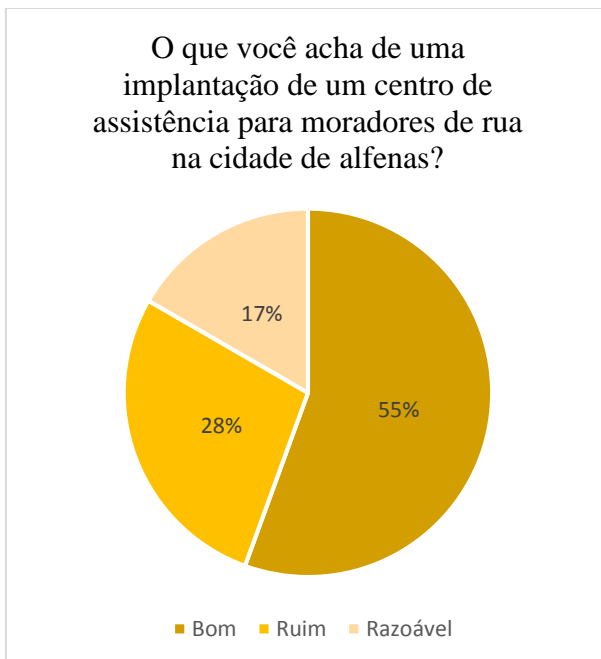
Entrevistas foram realizadas com os usuários para obter informações necessárias para o estudo. Foram entrevistadas pessoas de diferentes idades, sexo e renda econômica. A entrevista foi realizada no período da tarde por volta das 17:00 horas, no horário de pico.

Gráfico 1: Gráfico de idade



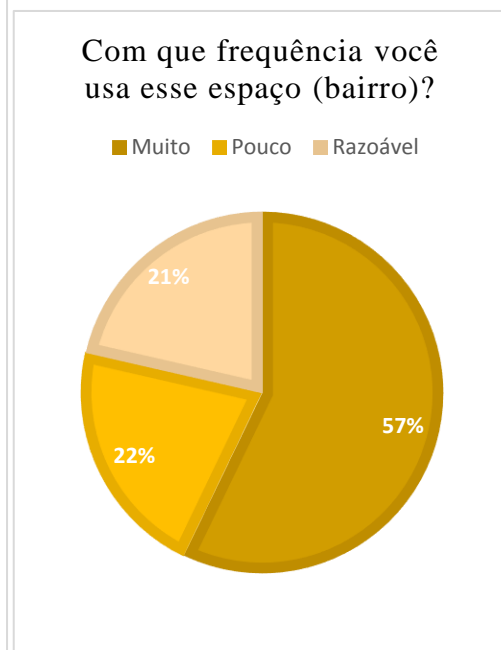
Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 2: Gráfico de satisfação



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 3: Gráfico de frequência



Fonte: Elaborado pelo autor

O espaço onde está localizado o terreno é bastante movimentado por pessoas e carros durante a semana por conta dos comércios e serviços que ali funcionam. Porém aos finais de semana o local fica completamente vazio e sem movimento.

Foi questionado sobre a questão da criação de um espaço para moradores de rua, e como indica no gráfico de satisfação, a ideia foi bem aceita pelos trabalhadores e moradores daquela área.

9. CÓDIGO DE OBRAS

Segundo o código de obras de Alfenas, instituído pela lei N° 856/1964:

- É obrigatória a construção do passeio ao longo de toda a frente dos terrenos localizados em vias públicas, onde estejam assentadas as respectivas guias, sendo estas fornecidas e assentadas pela Prefeitura que cobrará do proprietário a importância correspondente à sua frente de terreno.
- Para efeito de iluminação e ventilação só serão consideradas aberturas distantes, no mínimo 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) das divisas dos lotes, excetuando a que confine com o logradouro público, não se permitindo aberturas a menos dessa distância.
- As escadas deverão obedecer obrigatoriamente às seguintes dimensões: Largura mínima livre de 0,80m (oitenta centímetros), sendo que no caso de escadas para uso coletivo esta largura mínima será de 1,20 (um metro e vinte centímetros)
- Degraus com altura máxima de 0,19m (dezenove centímetros) e largura mínima de 0,25m (vinte e cinco centímetros), sendo obrigatória a largura mínima de sete centímetros no bordo inferior dos trechos em leque nas escadas de uso coletivo. Quando o número de degraus de uma escada exceder de 19, será obrigatório intercalar um patamar, com extensão mínima de 0,80m (oitenta centímetros), medida no eixo da escada em planta.
- Toda construção cujo afastamento do alinhamento da via pública for superior à 5 metros.

10. PROGRAMA DE NECESSIDADES

Ao iniciar o projeto, é necessário definir os ambientes e a área mínima para o funcionamento da edificação. A análise dos estudos de caso, visita técnica e parâmetros abordados na pesquisa bibliográfica contribuíram para a definição do programa de necessidades.

Tabela 2: Programa de Necessidades

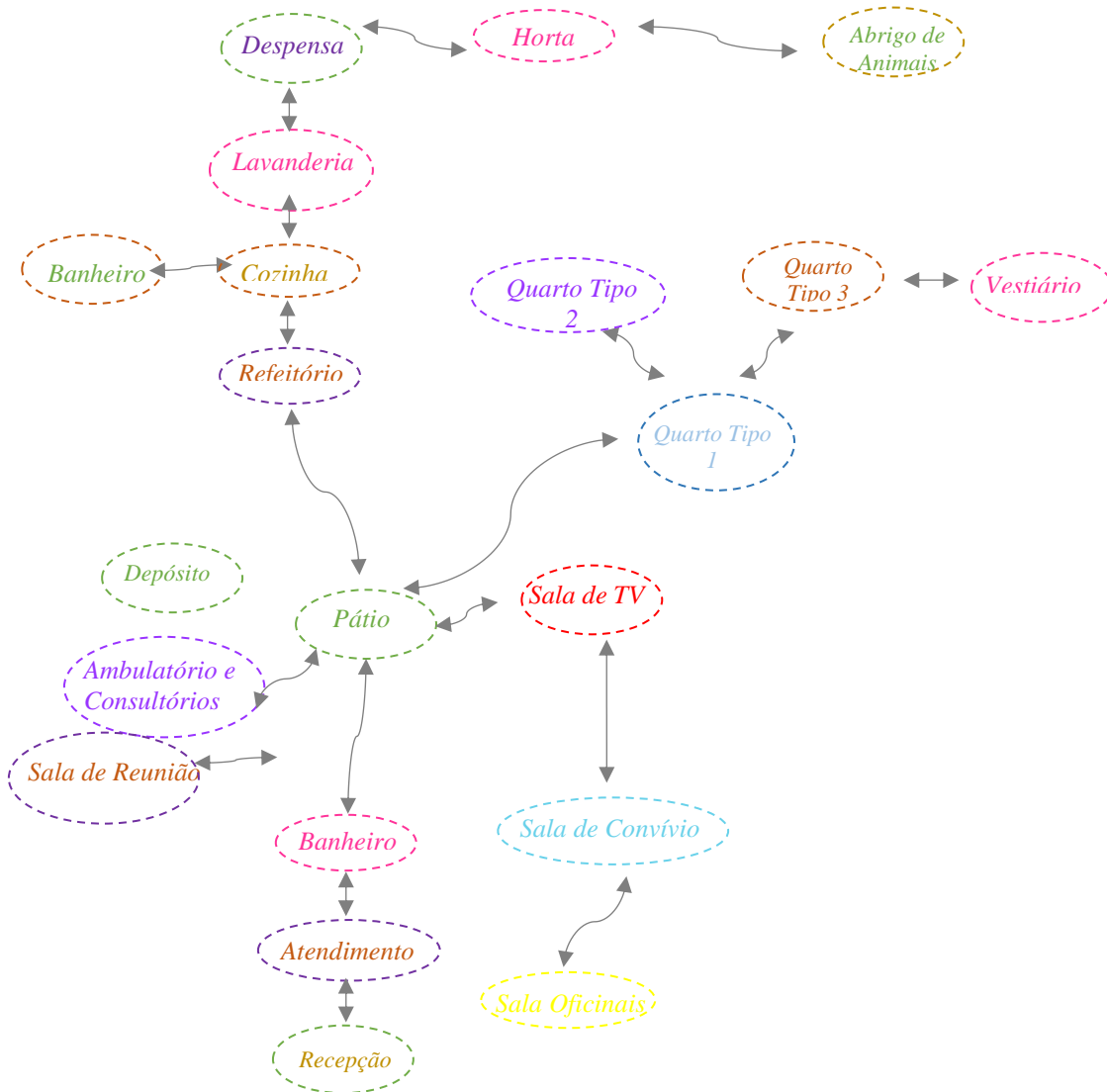
ATENDIMENTO	ÁREA (m²)	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL
Recepção	31.28	1	31.28
Atendimento	6.94	1	6.94
Administração	16.20	1	16.20
Sala de Reuniões	8.83	1	8.83
Assistência Social	6.43	1	6.43
Ambulatório	11.88	1	11.88
Consultório Médico	8.36	1	8.36
Consultório Odontológico	10.91	1	10.91
Depósito	10.62	1	10.62
Lavabo	4.41	1	4.41
Circulação	84.00		84.00
Área Total			
199.86m ²			
APOIO			
Despensa	9.56	1	9.56
Refeitório	83.46	1	83.46
Cozinha (preparo dos alimentos)	17.61	1	17.61
Lavanderia	6.67	1	6.67
Lavabo	3.30	1	3.30
Horta	40	1	40
Abrigo de Animais	3.52	1	3.52
Área Total			
164.12m ²			
ACOLHIMENTO			

Quarto Tipo 1	41.18	1	41.18
Quanto Tipo 2	34.00	1	34.00
Quarto Tipo 3	41.78	1	41.78
Sala de TV	34.37	1	34.37
Oficina de Artesanato	30.38	1	30.38
Sala de Informática	18.91	1	18.91
Área de Convívio	73.43	1	73.43
Vestiário	19.49	1	19.49
Banheiro 1	4.71	1	4.71
Banheiro 2	4.42	1	4.42
Lavabo PNE	7.83	1	7.83
Área Total			
310.50			
TOTAL: 674.48m²			

Fonte: Elaborado pela Autora (2019)

11. FLUXOGRAMA

Para facilitar a disposição dos ambientes na edificação, foi feito um fluxograma para melhor entendimento do espaço mostrado no programa de necessidades, situando-os de acordo com as suas funções e fluxos para melhor funcionamento, como mostra a figura seguinte.



12. CONCEITO

O projeto do centro de apoio a pessoas em situação de rua trata sobre tudo das relações humanas, seja entre elas ou com o ambiente em que elas vivem. Quando se fala de “morador de rua” não se trata de algo pontual e individual e sim de uma questão social que atinge a várias esferas da sociedade. Quando entendemos que este problema é social fica claro a necessidade de uma rede de apoio para auxiliar essas pessoas, rede que envolve o não só o poder público, mas entidades filantrópicas e a própria população

Diante disso, 3 parâmetros, julgados como essenciais, constituem as reflexões acerca da proposta.



Apoio: Cria novas oportunidades para essas pessoas. Para mudar a perspectiva de vida de pessoas. Para mudar a perspectiva de vida de quem vive em situação de rua, precisamos de rede de apoio formado por distintas pessoas e órgãos para chegar ao objetivo final que é alterar a realidade desses indivíduos.



Transparência: Considerando as premissas de um centro de apoio, um enfoque especial ao edifício torna-se substancial para atender a seu propósito, a leitura do espaço deve ser imediata. Dessa forma o intuito discutido é fazer com que os usuários do centro enxerguem o edifício de ambas perspectivas e se sintam especiais e acolhidos.



Fluidez: Resolução dos espaços permitindo uma fácil interpretação dos acessos e uso para os usuários. O uso de vegetação é colocado como parte deste funcionamento dinâmico de circulação e com barreiras translúcidas, permitindo assim a visualização do edifício e de forma que indique os acessos e seja convidativa ao mesmo.

Neste lugar espera-se que o público alvo venha a ser bem acolhido, realizando algumas atividades que possam contribuir para a sua vida pessoal, levando oportunidades de recreação e integração.

13. PARTIDO ARQUITETÔNICO

O partido criado para esse projeto levou dois pontos em consideração: a relação do sujeito com o espaço, o entorno e a forma pertinente. A relação do sujeito com o espaço construído determina seus usos e a apropriação do mesmo por seus usuários. O projeto que tem como propósito criar uma rede de apoio às pessoas em situação de rua. Logo, partiu-se da ideia de uma forma que trouxesse essa sensação de acolhimento a quem entra no espaço, um sentimento de que está sendo abraçado e acolhido pelo ambiente.

Em contraponto vem a relação do exterior com esse ambiente. Quando se fala em “morador de rua” logo se associa com algo pejorativo, com mendicância e dependência, e este projeto tem como propósito tirar esse olhar negativo sobre o espaço e se relacionar com o entorno de forma a ser entendido como algo positivo, um local de segundas chances e bem estar social.

Quanto à forma pertinente, trabalhou-se seus quatro pontos: lugar, construção, programa e estruturas formais, relacionando-os com o projeto em si e as problemáticas abordadas na estruturação teórica deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Tabela 3: Tabela forma pertinente, problemática e solução encontrada

Forma pertinente	Problemática	Solução encontrada
Lugar	Local de fácil acesso para essas pessoas em situação de rua tendo em vista que eles têm maior dificuldade de locomoção	Locar a obra em uma localidade central e de fácil acesso.
Construção	Recursos limitados	Criar um projeto que otimize o custo e serviços
Programa	Atender diferentes pessoas com diferentes necessidades	Criar um programa que se atende as necessidades básicas das pessoas ao mesmo tempo que cria novas oportunidades para elas
Estruturas formais		

Fonte: Autoria própria

Os aspectos mais precários são em relação a higiene íntima e a saúde. Portanto locais com o máximo de ventilação e iluminação natural para a salubridade do edifício.

O espaço foi pensado de forma mais aberta e flexível de maneira a atender diferentes grupos de idade da população em situação de rua, de maneira que eles não se sintam confinados em um espaço totalmente fechado similar a um presídio, gerando assim um sentimento de pertencimento maior ao espaço proposto do que a rua. Uma arquitetura bem pensada pode ser capaz de contribuir positivamente para que essa situação de exclusão seja revertida.

Os primeiros croquis trabalharam disposições e formas geométricas com intuito de chegar a melhor forma projetual para a edificação proposta. Foi traçado diferentes pontos de

ligação entre os blocos propostos que simbolizavam a ligação entre os diversos agentes que trabalham para consolidar um centro de apoio a pessoa em situação de rua.

13.1 Propostas Iniciais

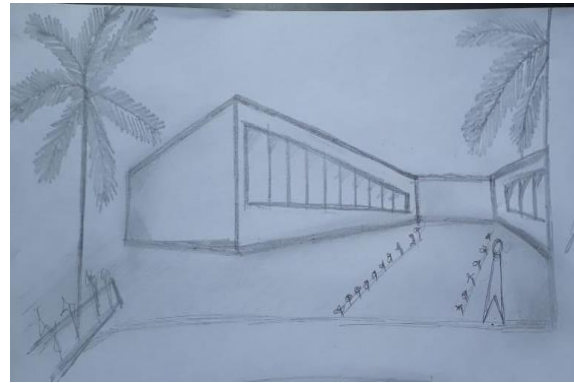
1. O edifício seria em formato de “U”, e deixaria todo o centro aberto dando ênfase maior pra rua Francisco Mariano, a face de maior dimensão do terreno, utilizando de forma eficaz a locação do terreno.

Figura 48: Croqui proposta inicial



Fonte: Aatoria própria

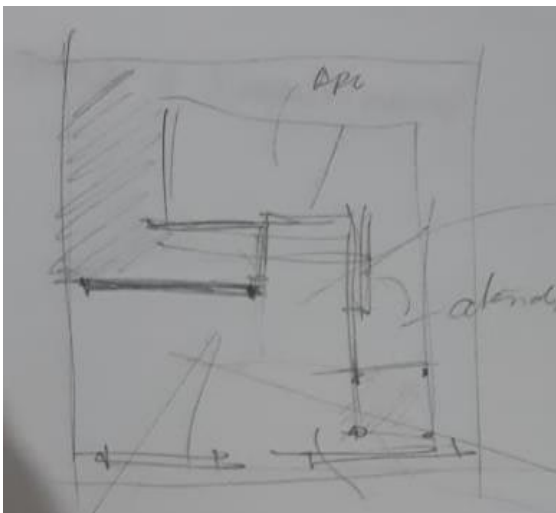
Figura 49: Croqui proposta inicial



Fonte: Aatoria própria

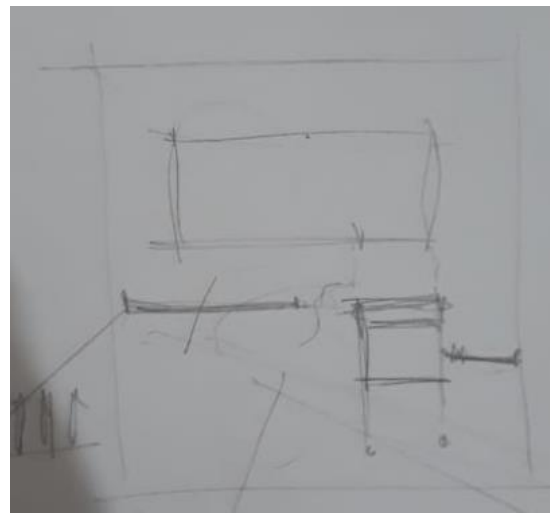
2. O edifício se fechou um pouco, mas manteve uma abertura para a rua Francisco Mariano, ficou praticamente toda aberta, isso foi importante já que esta é a rua onde o fluxo de pessoas é mais intenso.

Figura 50: Croqui proposta inicial



Fonte: Aatoria própria

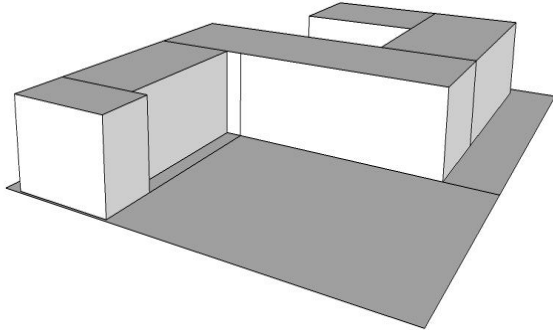
Figura 51: Croqui proposta inicial



Fonte: Aatoria própria

3. O estudo volumétrico cria blocos interligados que ocupam o espaço, mas deixa aberturas e vão que dão uma ideia de espaço amplo e natural. Usando formas retas e puras, os módulos circundam as áreas livres (figura 52/53).

Figura 52: Croqui proposta inicial



Fonte: Autoria própria

Figura 53: Croqui proposta inicial



Fonte: Autoria própria

A vista frontal da edificação foi trabalhada de forma a deixar uma grande área livre, pois precisava-se de um espaço mais convidativo, ao mesmo tempo deixando a área de ligação entre os módulos e o ambiente externo.

Para evidenciar o ponto levantado acerca do pé direito da edificação foi levantado um estudo volumétrico do entorno, onde pode ser evidenciado o fato de que a edificação mescla com o entorno criando uma harmonia com o espaço construído. Levando em conta a topografia do local, as edificações ao redor e os espaços vazios foi proposto uma forma mais fluida e esbelta, sem grandes interferências.

Figura 54: Croqui proposta inicial



Fonte: Autoria própria

13.2 Definição da Forma

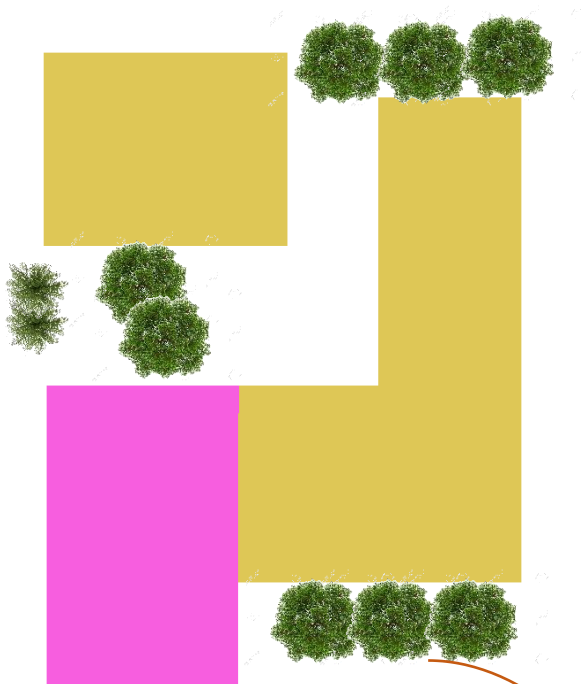
Entendendo que a melhor forma adotada era concentrar o programa de necessidades em dois pavimentos, os setores foram classificados como: área administrativa e área atendimento, área de apoio e área de acolhimento. As disposições destas áreas foram pensadas de forma a criar um ambiente aconchegante e sem a ideia de vigia constante.

A entrada fica situada na área de atendimento, responsável pelo cadastro e triagem dos usuários, a área administrativa fica de forma avulsa ao restante do bloco. A área de apoio ganha um destaque central pois é junto a área verde o elo de ligação entre edificação. Por último a área de acolhimento foi colocada de forma a dar privacidade no segundo piso para os usuários onde eles podem descansar.

Entre os blocos à um espaço de convivência destinada ao descanso e interação daqueles que usufruem do local e que cria um caminho interligando os diversos usos.

Ao escolher a área de acolhimento como elo com o externo, foi proposto uma abertura frontal no bloco de apoio, com intuito de criar uma vista entre a rua e as atividades laborais dos usuários. E também aproveitar esse espaço com um estacionamento.

Foto 55: Setorização planta 1º pavimento



Fonte: Autoria própria

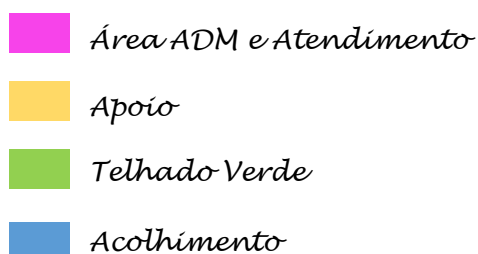
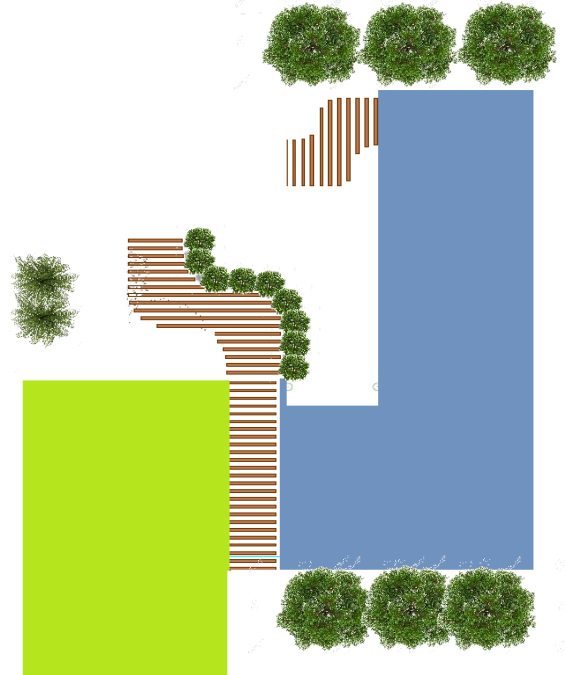


Foto 56: Setorização planta 2º pavimento



Fonte: Autoria própria

Estacionamento

Figura 57: 3D Final



Fonte: Autoria própria

Figura 58: 3D Final



Fonte: Autoria própria

14. PÚBLICO A SER ATENDIDO

O Centro de Acolhimento à Moradores de Rua proposto nesta monografia visa atender as pessoas em situação de rua do Município de Alfenas-MG. Baseando-se no perfil de pessoas em situação de rua atendidos na cidade e exposto pela secretária municipal de Assistência Social, o público que será contemplado pelo serviço de acolhimento aqui proposto se encaixa entre os jovens e adultos do sexo masculino economicamente ativos, ou seja: pessoas que estão em condições de exercer atividades remuneradas, e que poderão desenvolver as habilidades ofertadas no abrigo. O fato de o centro ser só pra homens é por questão de segurança, e, por ter que fazer mais um pavimento, podendo complicar com as questões de conforto com as residências vizinhas. O centro de Acolhimento à Moradores de Rua poderá atender aproximadamente 20 pessoas do sexo masculino, que é um número significativo, já que no atual Albergue da cidade, comporta apenas 12 pessoas. O Centro de Acolhimento à Moradores de Rua, irá ofertar; Estar/Acolhida; Refeição; Higiene; Hospedagem, “Saúde”; e Convivência.

O centro deve ter sua manutenção e sustento pelos próprios abrigados, portanto, durante o período de acolhida, algo em torno de 1 mês e meio, eles deverão ajudar na limpeza, com a venda dos artesanatos, cuidar da horta cujos produtos servirão como refeição e também para venda.

15. CONCLUSÃO

Habitar a rua é um problema real e inquestionável, ele acontece em todas as cidades por motivos distintos. A situação em população de rua acaba por ser uma responsabilidade de toda sociedade e não só dos órgãos públicos. O fato de passarmos por eles nas ruas e o ignorarmos contribui para que possam assim ser chamados de “excluídos” é tamanha hipocrisia falar que somente o poder público os exclui quando não tomamos medida nenhuma para ajudar essa população, seja com apoio moral, com agasalhos, assistência médica, alimentos ou até mesmo trabalhos voluntários buscando uma socialização com os mesmos.

“Para além dos viadutos, o homeless é empurrado para fora da cidade, Não no sentido geográfico, e sim no de espaço desqualificado, destituído de humanidade; jogado cada vez mais para as bordas, para o lixo (coincidência?), para debaixo do tapete. Embora por diferentes motivos, e em diferentes contextos sociais e econômicos, sua presença, principalmente em locais inóspitos, acontece tanto aqui no Brasil com em outros países; trata-se, portanto, de um fenômeno global. Ora, essa não é apenas uma coincidência, mas diz respeito ao tipo de lugar da cidade que lhes é imposto, passível de ocupação silenciosa: por serem locais esquecidos, desprezados, são símbolos do abandono, do desamparo e da privação.” (ROCHLITZ, Paula.2008)

O fato é que em Alfenas os principais pontos onde encontramos moradores de rua, são as regiões centrais. Muitas vezes os moradores de rua passam uma péssima imagem para a sociedade e acaba generalizando essa população como, bandidos, usuários de drogas, marginais. Porém, são todos os casos, existem pessoas que simplesmente não possuem laço afetivo, ou não conseguem arrumar emprego por conta da aparência física, ou até mesmo aqueles que foram desabrigados pelos fenômenos naturais, e assim acabam indo viver nas ruas.

Tendo base nos conflitos existentes entre os moradores de rua foi pensado na necessidade de criar um centro de apoio aos moradores de rua em Alfenas, com o intuito de reintegrar essa população frágil junto com a sociedade já existente

Para o Arquiteto e Urbanista, é necessário continuar levantando os problemas dessa população e propor espaços que honrem o viver nas ruas, de modo a aceitar esta realidade, amenizar os conflitos e constrangimentos e agregar a presença dos moradores de rua na paisagem da cidade.

16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGUE COMUNA YERBAS DEL PARAÍSO / IR ARQUITECTURA. **Archdaily**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/764493/hostel-comuna-yerbas-del-paraiso-ir-arquitectura>>. Acesso em 12 out 2018

ABREU, Deidvid de; SALVADORI, Lizandra Vaz. **peças em situação de rua, exclusão social e rualização: reflexões para o serviço social**. 2015. Disponível em: <http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_188.pdf>. Acesso em 10 out. 2018

ALFENAS. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 856/1964**, de 23 de dezembro de 1964. Cria o Código de Obras do Município de Alfenas. Disponível em <http://www.alfenas.mg.gov.br/Arquivos/TermoCon/codigo_de_obras_Lei_856_de_23-11-1964.pdf.pdf> Acesso em 15 junho 2019.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUE, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais: volume 15. Número 42. fevereiro 2000.

GOMES, Dalila Fernandes; ELIAS, Flávia Tavares Silva. **políticas públicas de assistência social para população em situação de rua: análise documental**. 2016. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/politicas_publicas_%20assistencia_%20social.pdf>. Acesso em 13 out. 2018

JEGTVEJ 69. **Archdaily**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/870352/we-architecture-plus-erik-juul-propoe-jardim-urbano-e-habitacao-para-moradores-de-rua-em-copenhague>>. Acesso em 12 out 2018

KLAUMANN, Alexandra Da Rocha. **moradores de rua - um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no brasil: a realidade do centro pop de rio do sul/sc**. 2012. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf>>. Acesso em 10 out. 2018

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **SUAS e População Em Situação de Rua**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/populacao-em-situacaode-rua-cadastro-unico-e-servicos-socioassistenciais/arquivos/SUAS%20e%20Populacao%20em%20Situacao%20de;520Rua.pdf>>. Acesso em 20 out. 2018

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Abril, 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumarioexecutivo_pop_rua.pdf> Acesso em 20 out. 2018

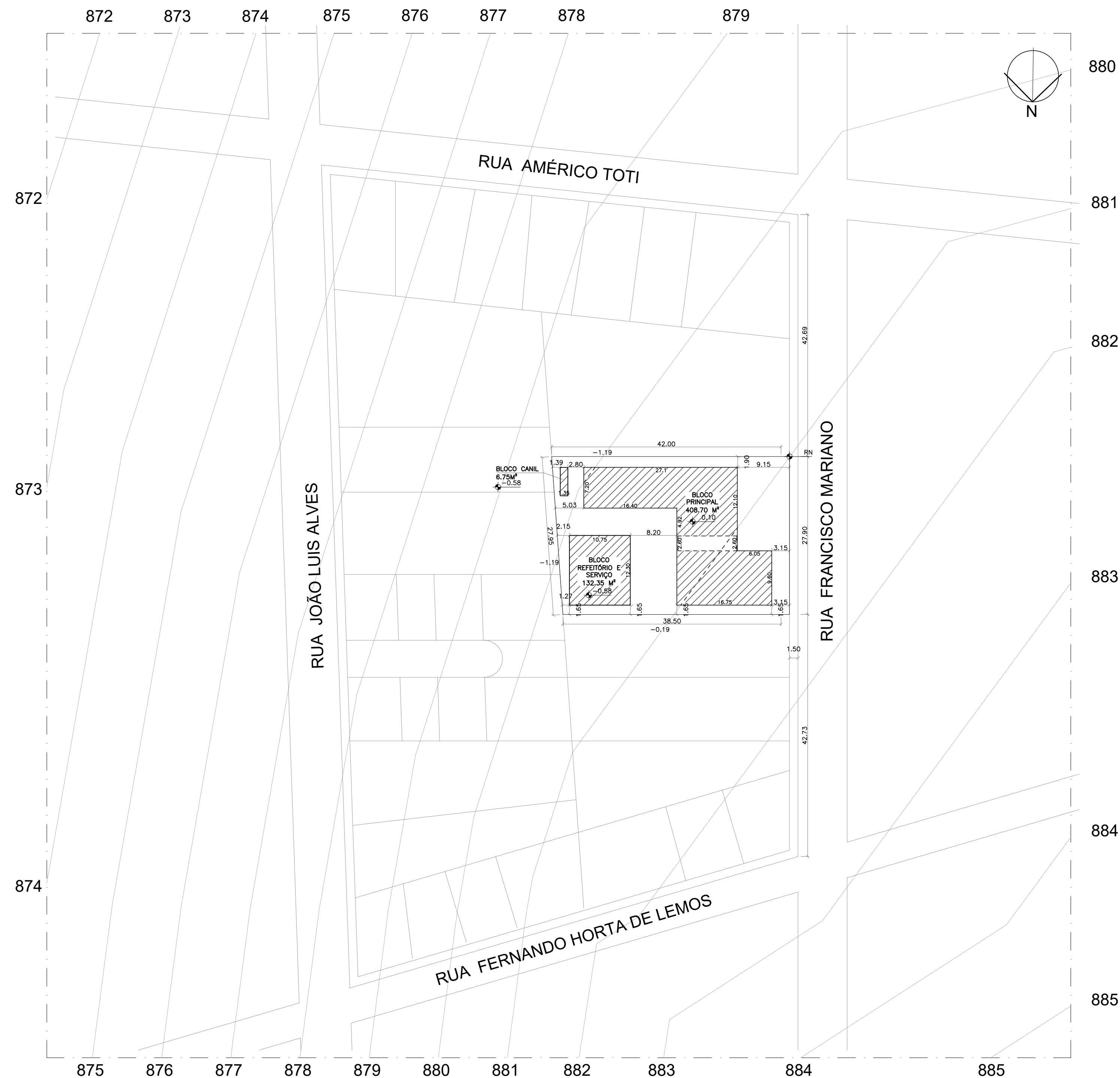
NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no brasil**. 2016. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>. Acesso em: 2 out. 2018.

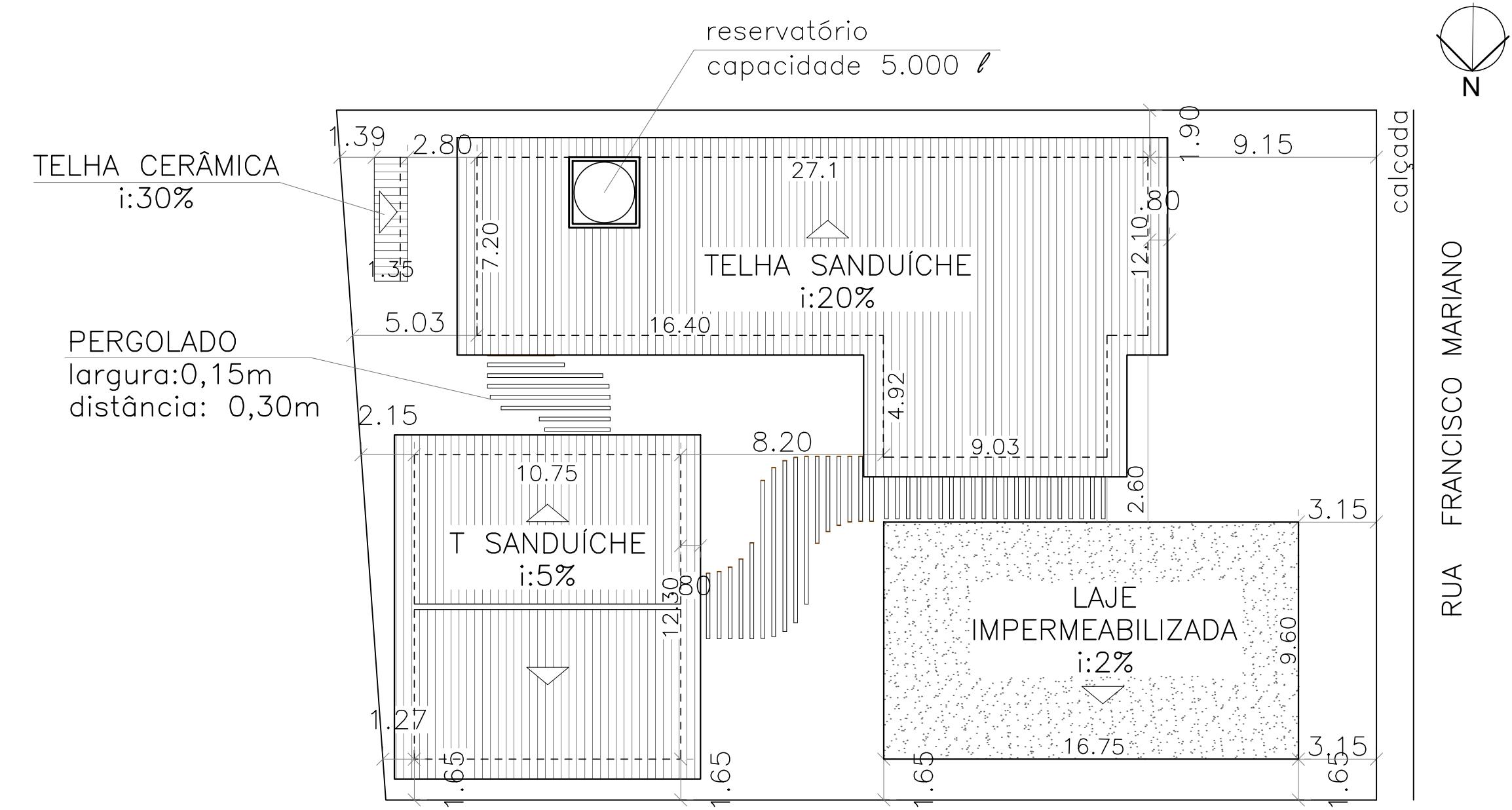
SAAB, Jacqueline Magalhães; ALBANO, Mayara Pissutti; BORGES, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes. **Abrigo temporário para moradores em situação de rua de presidente prudente-SP.** 2017. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2017/suplementos/area/Socialis/04%20-%20Arquitetura%20e%20Urbanismo/ABRIGO%20TEMPOR%C3%81RIO%20PARA%20MORADORES%20EM%20SITUA%C3%87%C3%83O%20DE%20RUA%20DE%20PRESIDENTE%20PRUDENTE%20SP.pdf>>. Acesso em 12 out. 2018

SHELTER HOME FOR THE HOMELESS. **Archdaily.** Disponível em: <<http://www.archdaily.com/124688/shelter-home-for-the-homeless-javier-larraz/>>. Acesso em: 12 out 2018

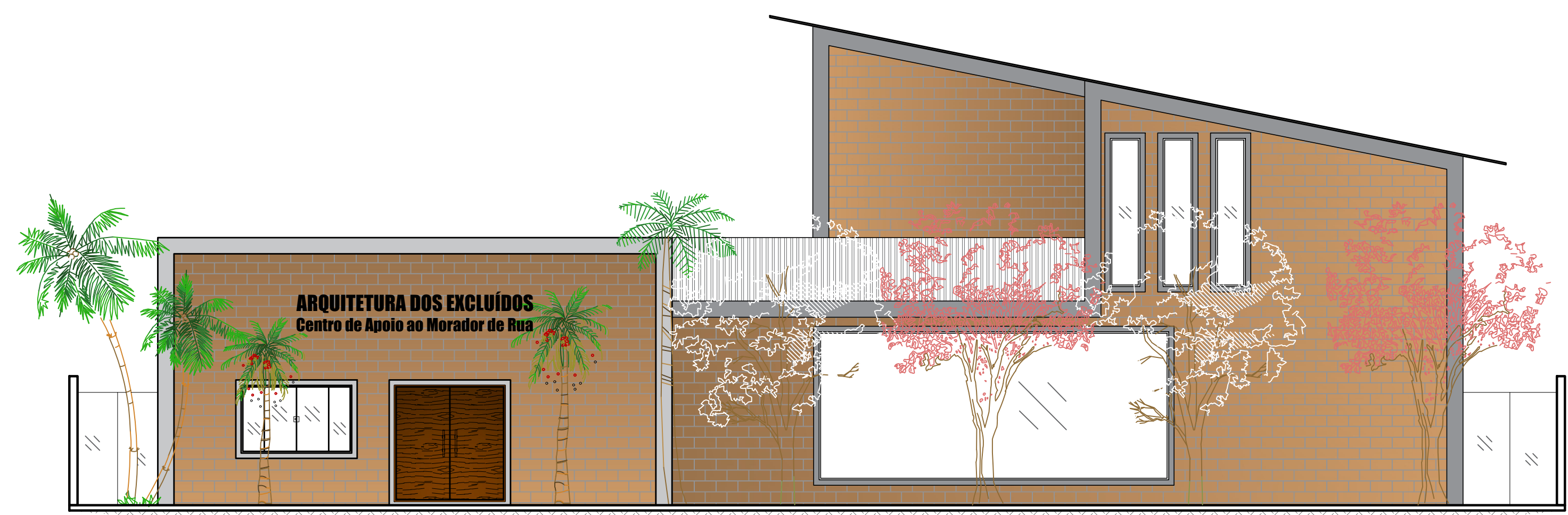
KLAUMANN, Alexandra Da Rocha. **moradores de rua - um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no brasil: a realidade do centro pop de rio do sul/sc.** 2012. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf>>. Acesso em 10 out. 2018



01 PLANTA DE LOCAÇÃO
ESCALA: 1/500



02 DIAGRAMA DE COBERTURA
ESCALA: 1/200

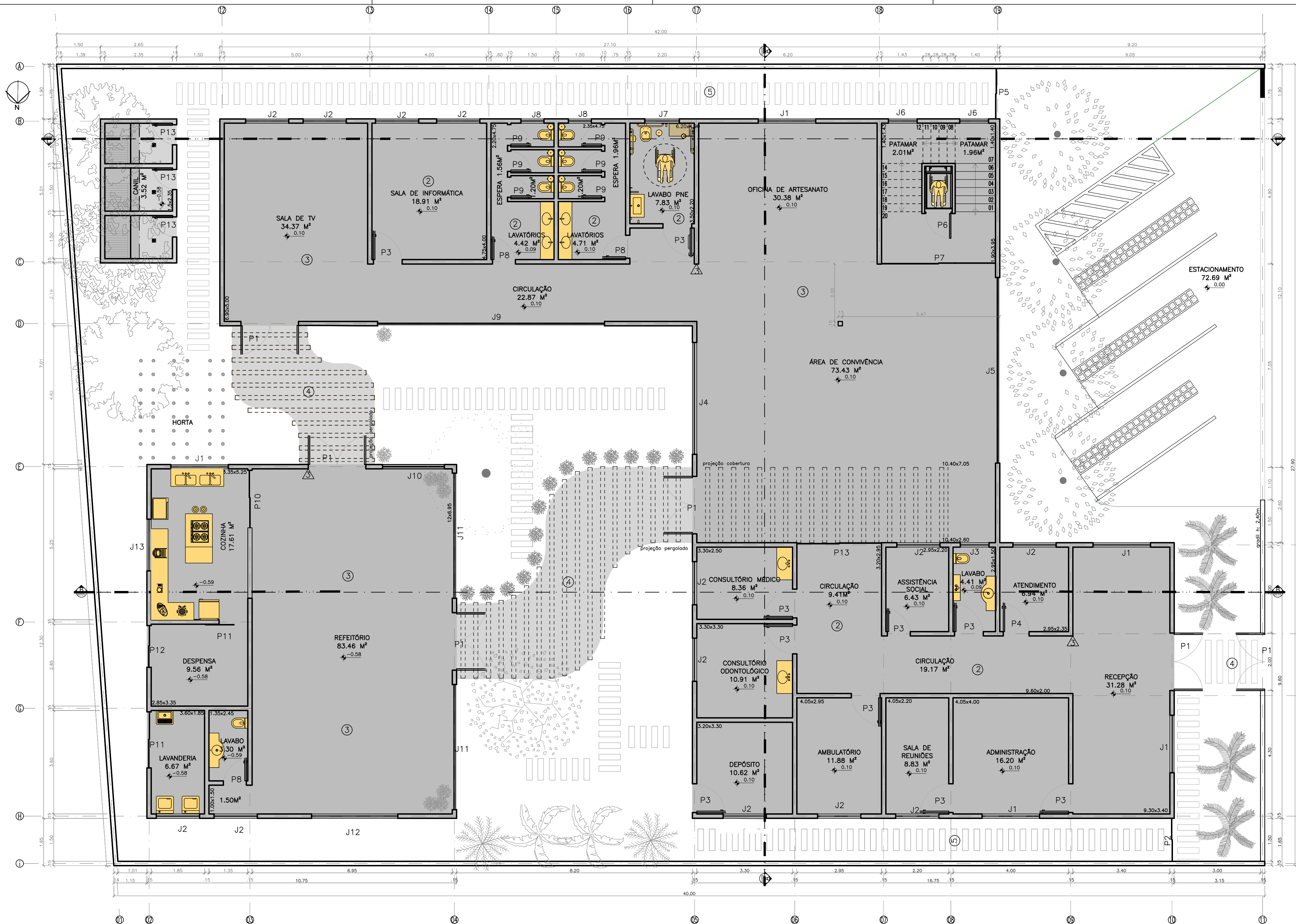


03 FACHADA
ESCALA: 1/75

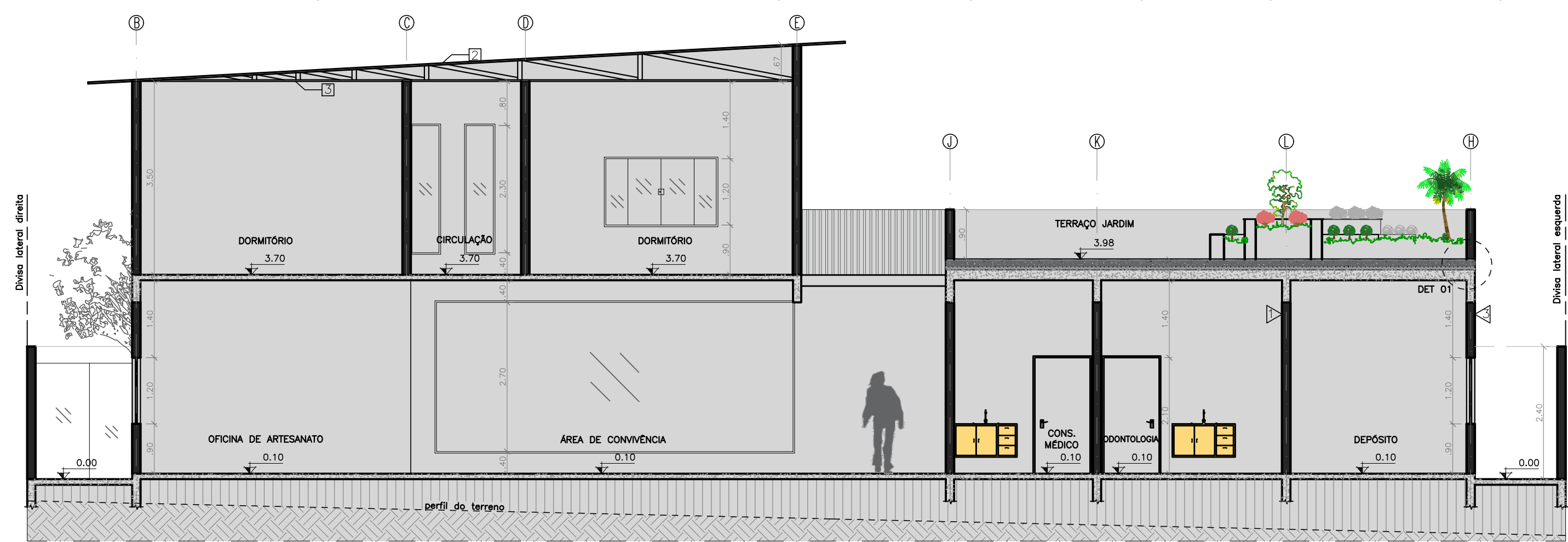
ARQUITETURA DOS EXCLUÍDOS
Um Centro de Apoio ao Morador de Rua em Alfenas MG

CONTEÚDO
PLANTA DE LOCAÇÃO
E PLANALTIMÉTRICA
DIAGRAMA DE COBERTURA
FACHADA

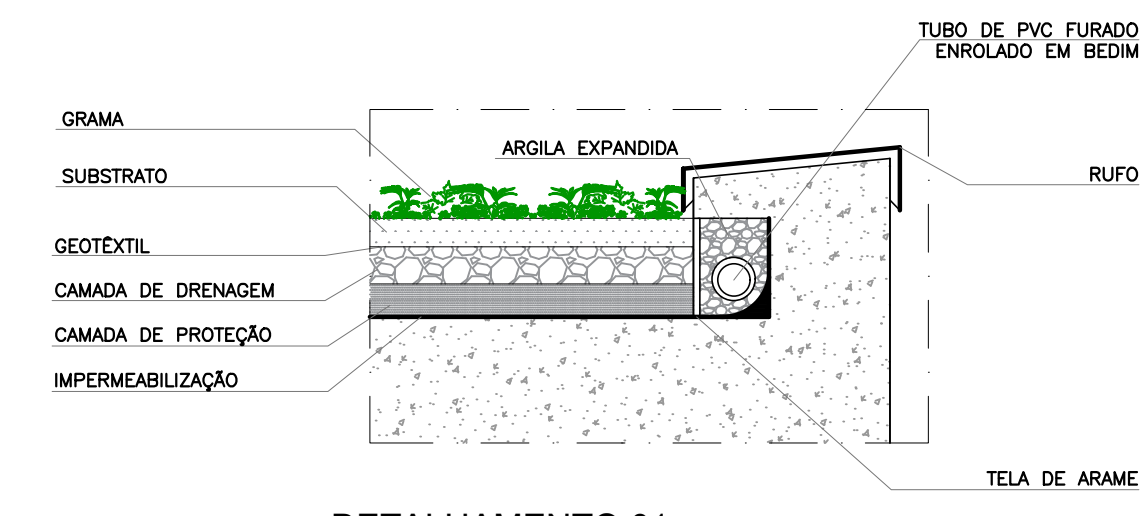
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO | TCC 2
DISCENTE: MARINA CORRÊA GABRIEL DA SILVA
ORIENTADORA: MARISA APARECIDA PEREIRA



01 PLANTA PAV TÉRREO
ESCALA: 1/75



02 CORTE TRANSVERSAL A
ESCALA: 1/75



DETALHAMENTO 01
COBERTURA VERDE
esc 1:10

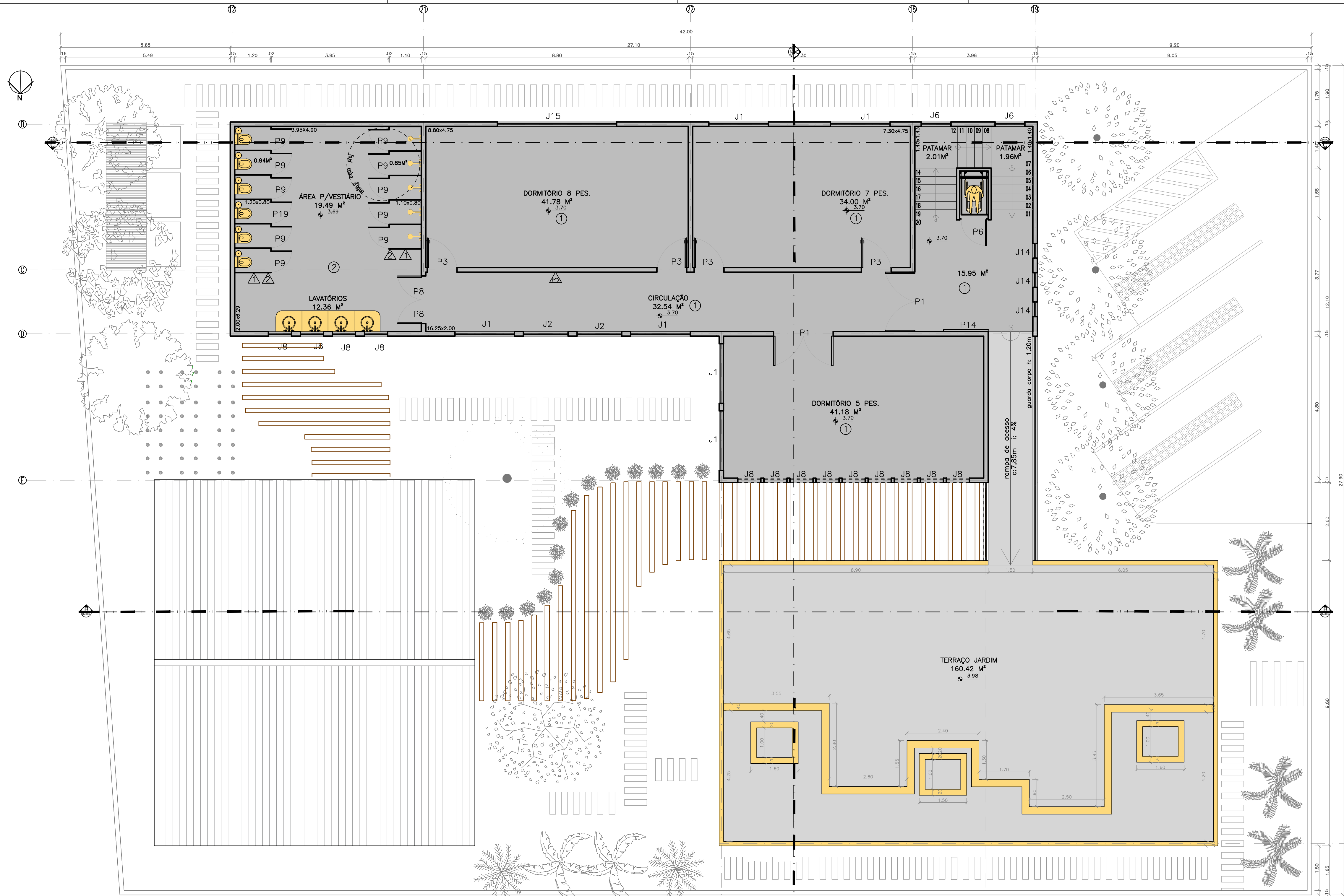
ESPECIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA			
DESCRIÇÃO	Ø DIÂMETRO (M)	REPRESENTAÇÃO	IMAGEM
IPE BRANCO	6		
IPE ROXO	6		
JABUTICABEIRA	5		
QUARESMEIRA	6		
ABACATEIRO	7		
PITANQUEIRA	10		
AMOREIRA	6		
COQUEIRO JARDIM	4		
BUTÁ CAPITATA	5		
PALMEIRA REAL	4		
BUXINHO	1,5		
MARCARIDA	0,5		

QUADRO DE ESQUADRIAS (PORTAS)				
DESCRIÇÃO	TIPO	MATERIAL	LARGURA	ALTURA
P1	DE ABRIR	MADERA	2,00	2,10
P2	DE CORRER	VIDRO	1,50	2,10
P3	DE ABRIR	MADERA	1,00	2,10
P4	DE ABRIR	MADERA	0,90	2,10
P5	DE CORRER	VIDRO	1,75	2,10
P6	DE ABRIR	ALUMÍNIO	0,90	2,10
P7	DE ABRIR	VIDRO	4,00	2,10
P8	DE ABRIR	MADERA	0,80	2,10
P9	DE ABRIR	ALUMÍNIO	0,70	2,10
P10	DE CORRER	VIDRO	2,00	2,10
P11	DE CORRER	VIDRO	1,00	2,10
P12	DE CORRER	VIDRO	1,35	2,10
P13	DE ABRIR	ALI. GRAD	0,70	2,10
P14	DE CORRER	MADERA	1,50	2,10

QUADRO DE ESQUADRIAS (JANELAS)					
DESCRIÇÃO	TIPO	MATERIAL	LARGURA	ALTURA	PEITORIL
J1	DE ABRIR	MAD. VID.	2,00	1,20	0,90
J2	DE ABRIR	MAD. VID.	1,50	1,20	0,90
J3	MÁXIM. AR.	VIDRO	1,00	0,60	1,50
J4	FIXA	VIDRO	4,00	2,70	0,40
J5	FIXA	VIDRO	6,50	2,70	0,40
J6	DE ABRIR	MAD. VID.	1,00	1,20	0,90
J7	MÁXIM. AR.	VIDRO	1,20	0,60	1,50
J8	MÁXIM. AR.	VIDRO	0,80	0,60	1,50
J9	FIXA	VIDRO	7,90	2,70	0,40
J10	DE ABRIR	MAD. VID.	2,15	1,20	0,90
J11	FIXA	VIDRO	4,35	2,70	0,40
J12	DE ABRIR	MAD. VID.	3,00	2,70	0,40
J13	DE ABRIR	MAD. VID.	1,80	1,20	0,90
J14	FIXA	VIDRO	0,50	2,70	0,40
J15	DE ABRIR	MAD. VID.	4,00	1,20	0,90

- ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAS
- REVESTIMENTO ACRÍLICO SEM-BRILHO CIMENTO QUEIMADO AZUL URBANO QUARTZ.
 - PISO CERÂMICO BRILHANTE BORDA BOLD NEVE 45X45CM.
 - REVESTIMENTO ACRÍLICO SEM-BRILHO CIMENTO QUEIMADO CINZA URBANO QUARTZ.
 - PISO DE PEDRA DE CIMENTO COR CINZA NATURAL 150X20.
 - PISO DE PEDRA DE CIMENTO COR CINZA NATURAL 0,75X20.
- Obs.: TODAS AS SOLDEIRAS DEVERÃO SER DO MATERIAL APLICADO NO PISO DO AMBIENTE, ACOMPANHANDO A LARGURA DA PAREDE, COM RODAPÉ DE ALTURA DE 10 CM.
- GRAMA
- SUBSTRATO
- GEOTÊXTIL
- CAMADA DE DRENAGEM
- CAMADA DE PROTEÇÃO
- IMPERMEABILIZAÇÃO
- TUBO DE PVC FURADO ENROLADO EM BEDIM
- RUFO
- PARADE
- ESTRUTURAS DE PERFIS DE AÇO GALVANIZADO COM REVESTIMENTO EM FOLHAS DE BRITWALL ESPESURA TOTAL 15CM
- REVESTIMENTO RETICULADO 32X32 CM R10-3533R FIVAGUÁ COM ARGAMASSA COLANTE PARA DRY WALL
- PAREDES EXTERNAS EM ALVENARIA EM 14X19X39, ACABAMENTO EM ARGAMASSA E PINTURA ACRÍLICA, ACABAMENTO ACEITADO NA COR GELÉ DA SANGRA
- Obs.: PISOS, BANCADAS E PEITORIS EM GRANITO NOIR POLI TRENTO MARMI
- TETO
- LAJE DE PAINÉIS TRILIGADOS COMPOSTA POR VIGOTAS DE CONCRETO COM ARMADURAS TRILIGADAS REVESTIDA COM QUEIMADO
- TELHA SANDUÍCHE 980MM, CHAPA TRAPEZOIDAL Tr 40/25 0,40MM COM PINTURA BRANCA ELETROSTÁTICA
- FORRO MINERAL ARISTOTONE SANBRA LAM-M 16 X 625 X 1250 MM

ARQUITETURA DOS EXCLUÍDOS
Um Centro de Apoio ao Morador de Rua em Alfenas MG



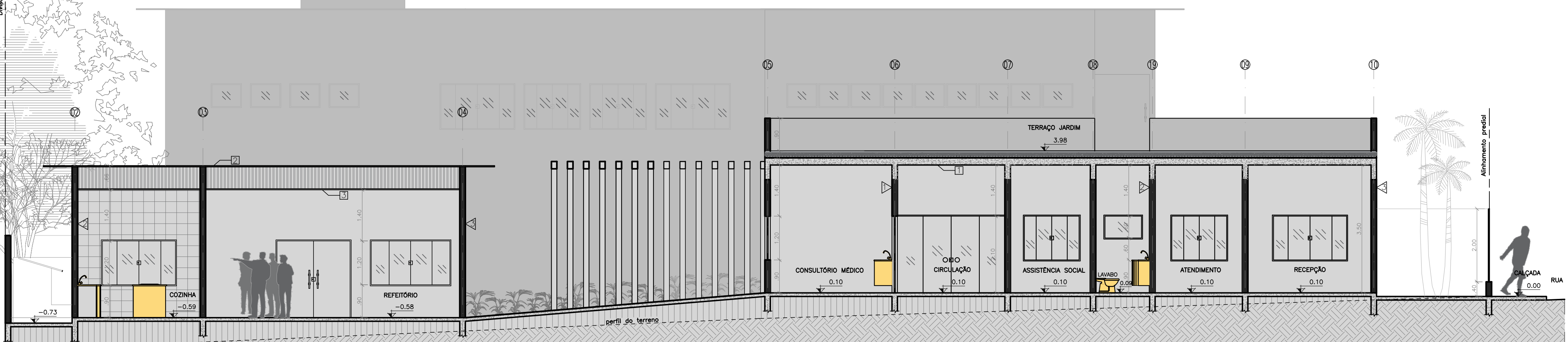
01 PLANTA PAV SUPERIOR
ESCALA: 1/75

ESPECIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA			
DESCRIÇÃO	Ø DIÂMETRO (M)	REPRESENTAÇÃO	IMAGEM
IPE BRANCO	6		
IPE ROXO	6		
JABUTICABEIRA	5		
QUARESMEIRA	6		
ABACATEIRO	7		
PITANQUEIRA	10		
AMOREIRA	6		
COQUEIRO JARDIM	4		
BUTÁ CAPITATA	5		
PALMEIRA REAL	4		
BUXINHO	1,5		
MARCARIDA	0,5		

QUADRO DE ESQUADRIAS (PORTAS)				
DESCRIÇÃO	TIPO	MATERIAL	LARGURA	ALTURA
P1	DE ABRIR	MADEIRA	2,00	2,10
P2	DE CORRER	VIDRO	1,50	2,10
P3	DE ABRIR	MADEIRA	1,00	2,10
P4	DE ABRIR	MADEIRA	0,90	2,10
P5	DE CORRER	VIDRO	1,75	2,10
P6	DE ABRIR	ALUMÍNIO	0,90	2,10
P7	DE CORRER	VIDRO	4,00	2,10
P8	DE ABRIR	MADEIRA	0,80	2,10
P9	DE ABRIR	ALUMÍNIO	0,70	2,10
P10	DE CORRER	VIDRO	2,00	2,10
P11	DE CORRER	VIDRO	1,00	2,10
P12	DE CORRER	VIDRO	1,35	2,10
P13	DE ABRIR	ALU. GRAD	0,70	2,10
P14	DE CORRER	MADEIRA	1,50	2,10

QUADRO DE ESQUADRIAS (JANELAS)					
DESCRIÇÃO	TIPO	MATERIAL	LARGURA	ALTURA	PEITORIL
J1	DE ABRIR	MAD. VID.	2,00	1,20	0,90
J2	DE ABRIR	MAD. VID.	1,50	1,20	0,90
J3	MÁXIM. AR.	VIDRO	1,00	0,60	1,50
J4	FIXA	VIDRO	4,00	2,70	0,40
J5	FIXA	VIDRO	6,50	2,70	0,40
J6	DE ABRIR	MAD. VID.	1,00	1,20	0,90
J7	MÁXIM. AR.	VIDRO	1,20	0,60	1,50
J8	MÁXIM. AR.	VIDRO	0,80	0,60	1,50
J9	FIXA	VIDRO	7,90	2,70	0,40
J10	DE ABRIR	MAD. VID.	2,15	1,20	0,90
J11	FIXA	VIDRO	4,35	2,70	0,40
J12	DE ABRIR	MAD. VID.	3,00	2,70	0,40
J13	DE ABRIR	MAD. VID.	1,80	1,20	0,90
J14	FIXA	VIDRO	0,50	2,70	0,40
J15	DE ABRIR	MAD. VID.	4,00	1,20	0,90

ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAS	
○ PISOS	1. REVESTIMENTO ACRÍLICO SEM-BRILHO CIMENTO QUEIMADO AZUL URBANO QUARTZ. 2. PISO CERÂMICO BRILHANTE BORDA BOLA NEVE ASKASOM. 3. REVESTIMENTO ACRÍLICO SEM-BRILHO CIMENTO QUEIMADO CINZA URBANO QUARTZ. 4. PISO DE PEDRA DE CIMENTO COR CINZA NATURAL 1,50x0,20. 5. PISO DE PEDRA DE CIMENTO COR CINZA NATURAL 0,75x0,20. OBS.: TODAS AS SOLDEIRAS DEVERÃO SER DO MATERIAL APLICADO NO PISO DO AMBIENTE, ACOMPANHANDO A LARGURA DA PAREDE, COM RODAPÉ DE ALTURA DE 10 CM.
△ PAREDE	1. ESTRUTURAS DE PERFIS DE AÇO GALVANIZADO COM FECHAMENTO EM FOLHAS DE BRITWALL, ESPESURA TOTAL 15CM. 2. REVESTIMENTO RETICULADO 32X63 CM R60-3230R FRANKO COM ARGAMASSA COLANTE PARA DRY WALL. 3. PAREDES EXTERNAS EM ALVENARIA EM 14X19X39, ACABAMENTO EM ARGAMASSA E PINTURA ACRÍLICA, ACABAMENTO ACEITADO NA COR GELÉ DA SANGRIA. OBS.: PISOS, BANCADAS E PEITORIS EM GRANITO NOIR POLI TRENTO MARMI.
□ TETO	LAJE DE PAINÉIS TRILIGADOS COMPOSTA POR VIGOTAS DE CONCRETO COM ARMAÇÕES TRILIGADAS REVESTIDA COM QUEIMADO. 2. TELHA SANDUICHE 980MM, CHAPA TRAPEZOIDAL Tr 40/25 0,40MM COM PINTURA BRANCA ELETROSTÁTICA. 3. FORRO MINERAL ARISTOTONS SANARA LAT-M 16 X 625 X 1250 MM.



02 CORTE LONGITUDINAL B
ESCALA: 1/75

ARQUITETURA DOS EXCLUÍDOS
Um Centro de Apoio ao Morador de Rua em Alfenas MG



01 PLANTA HUMANIZADA PAV TÉRREO
ESCALA: 1/75

ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAS

○ PISOS

1. REVESTIMENTO ACRILICO SEMI-BRILHO CIMENTO QUEIMADO AZUL URBANO QUARTZ
2. PISO CERÂMICO BRILHANTE BORDA BOLD NEVE 45x45CM
3. REVESTIMENTO ACRILICO SEMI-BRILHO CIMENTO QUEIMADO CINZA URBANO QUARTZ
4. PISO DE PEDRA DE CIMENTO COR CINZA NATURAL 1.50x0.20
5. PISO DE PEDRA DE CIMENTO COR CINZA NATURAL 0.75x0.20

DES.: TODAS AS SOLEIRAS DEVEM SER DO MATERIAL APLICADO NO PISO DO AMBIENTE, ACOMPANHANDO A LARGURA DA PAREDE, COM RODEAPE DE ALTURA DE 10 CM.

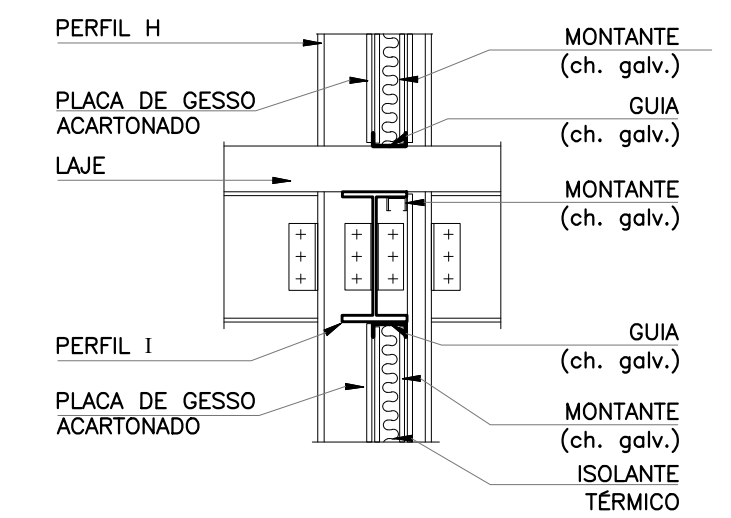
△ PAREDE

1. ESTRUTURAS DE PERFIS DE AÇO GALVANIZADO COM FECHAMENTO EM PLACAS DE DRYWALL, ESPESURA TOTAL 15CM
2. REVESTIMENTO RETIFICADO 32X56 CM R0-32530R FIXAÇÃO COM ARGAMASSA COLANTE PARA DRY WALL
3. PAREDES EXTERNAS EM ALVENARIA EM 14X19X39, ACABAMENTO EM ARGAMASSA E PINTURA ACRILICA, ACABAMENTO ACETINADO NA COR CÉU DA SUIÇA

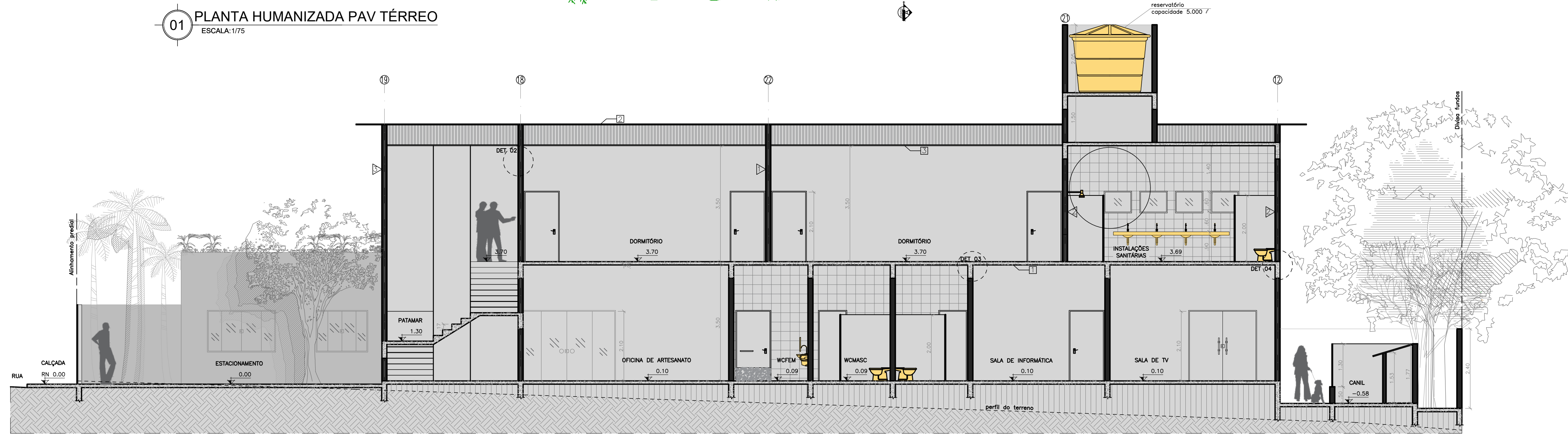
DES.: PIAS, BANCADAS E PITORIS EM GRANITO NDOR POLI TRENTO MARM

□ TETO

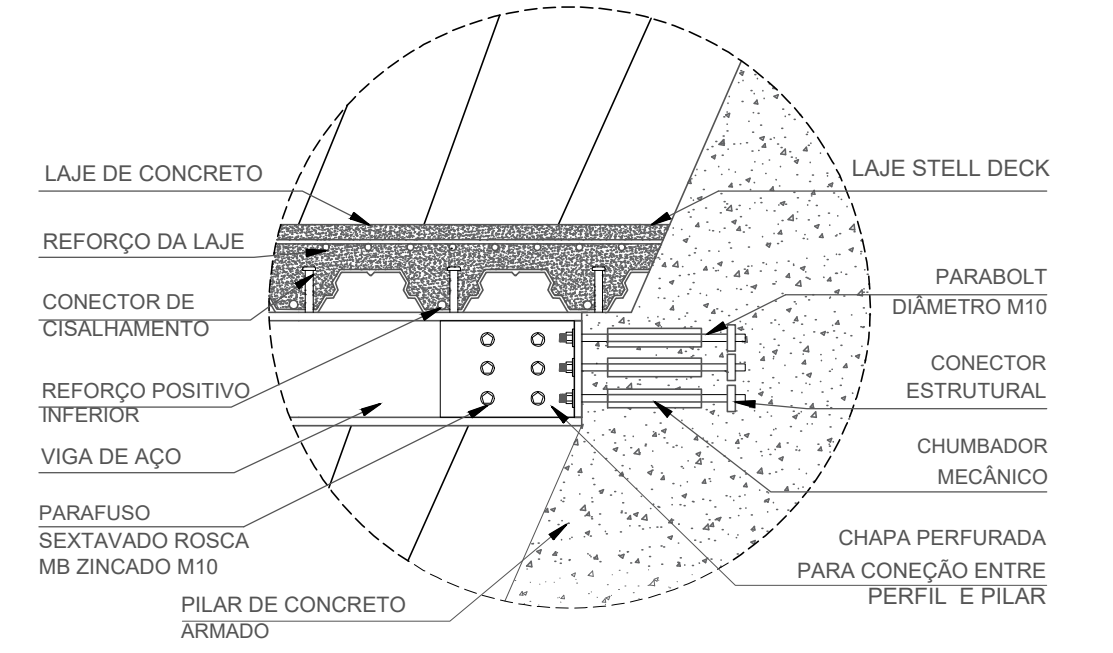
1. LAJE DE PAINES TRELICADOS COMPOSTA POR VIGOTAS DE CONCRETO COM ARMADURAS TRELICADAS REVESTIDA COM QUEIMADO
2. TELHA SANDUICHE BROMM, CHAPA TRAPEZOIDAL T4 40/25 0,40MM COM PINTURA BRANCA ELETROSTATICA
3. FORRO MINEIRA, ARNSTRONG, SAHARA LAY-IN 16 X 625 X 1250 MM



DETALHAMENTO 02 CONEXÃO VIGAS COM VEDAÇÃO
esc 1:10



02 CORTE LONGITUDINAL C
ESCALA: 1/75

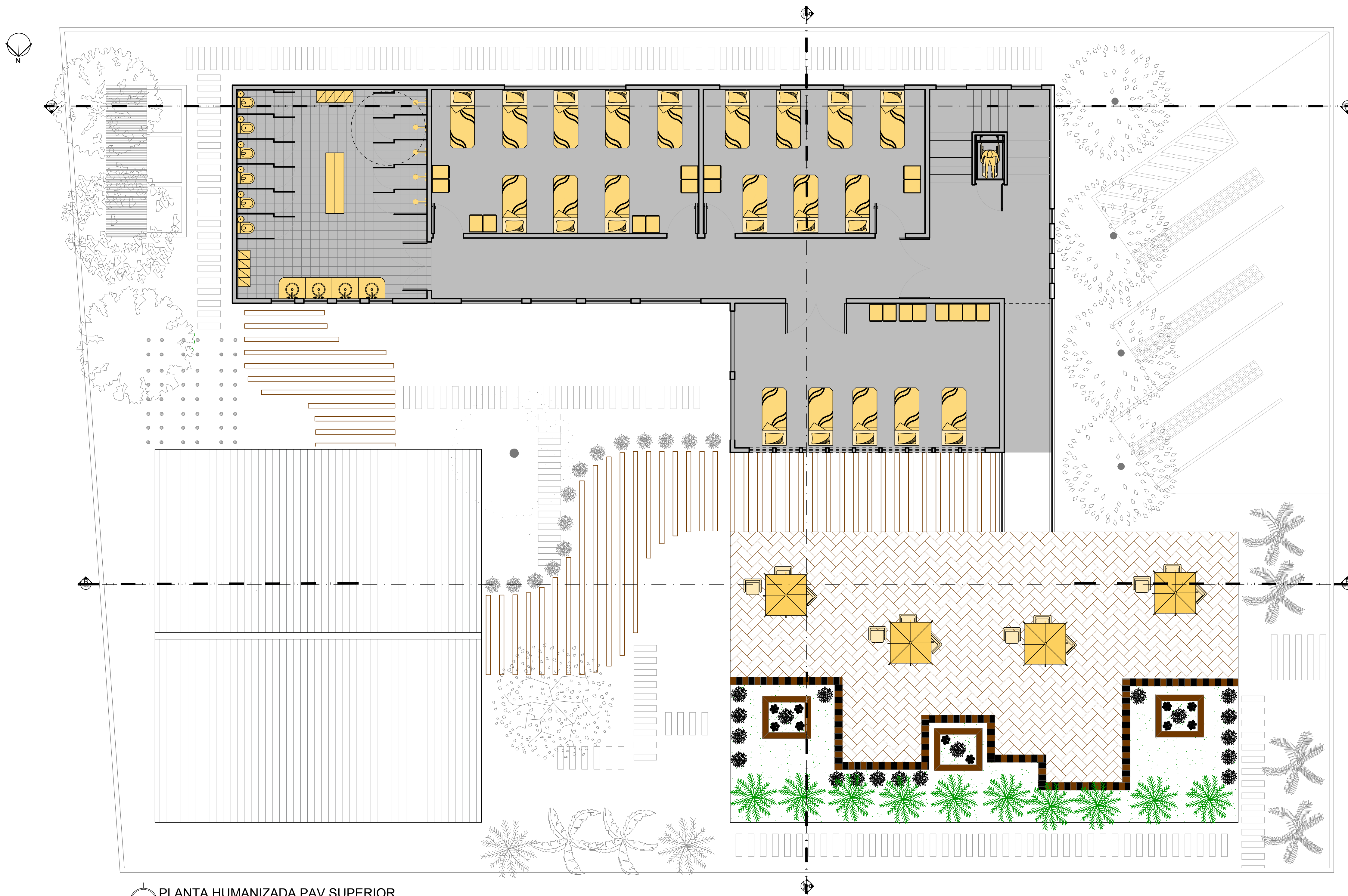


DETALHAMENTO 04 CONEXÃO LAJE STEEL DECK-PILAR
esc 1:10

ARQUITETURA DOS EXCLUÍDOS
Um Centro de Apoio ao Morador de Rua em Alfenas MG

CONTEUDO
PLANTA HUMANIZADA PAV TÉRREO
CORTE LONGITUDINAL C
DETALHAMENTOS
VIGA COM VEDAÇÃO
PILAR COM LAJE

UNIS CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO | TCC 2
DISCENTE: MARINA CORRÊA GABRIEL DA SILVA
ORIENTADORA: MARISA APARECIDA PEREIRA

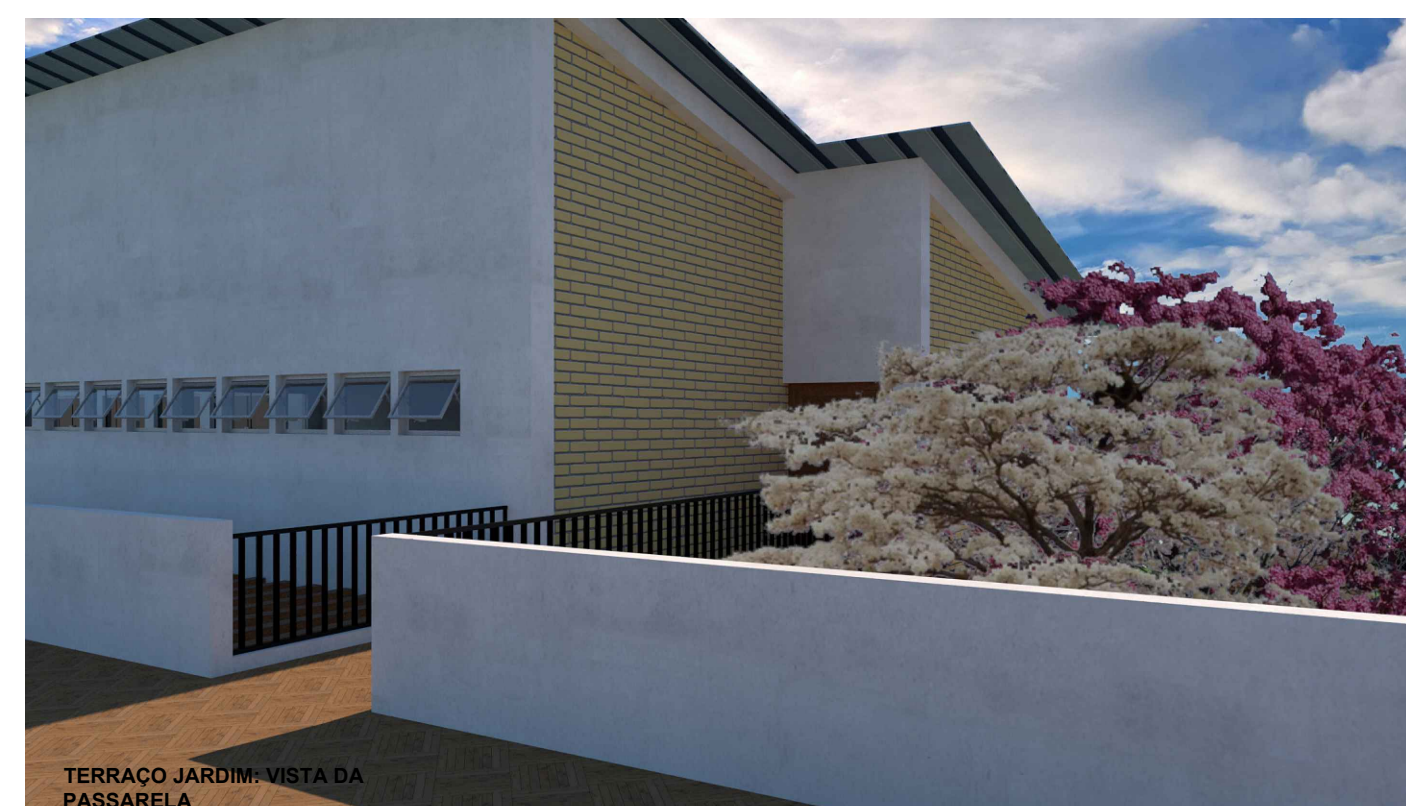


01 PLANTA HUMANIZADA PAV SUPERIOR
ESCALA: 1/75

FACHADA



TERRAÇO JARDIM



OFICINA DE ARTESANATO



PÁTIO INTERNO



ARQUITETURA DOS EXCLUÍDOS

Um Centro de Apoio ao Morador de Rua em Alfenas MG

CONTEÚDO
DESIGN DE INTERIORES



CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO | TCC 2
DISCENTE: MARINA CORRÊA GABRIEL DA SILVA
ORIENTADORA: MARISA APARECIDA PEREIRA

6/6

02/07/19